

Plano de Trabalho2020

1. Identificação do Serviço

1.1. Serviço (objeto da parceria): SERVIÇOS COMPLEMENTARES - SERVIÇO ESPECIALIZADO DE PROTEÇÃO SOCIAL A FAMÍLIA (SESF)

1.2 Quantidade de grupos solicitados: 5

1.3 Abrangência: Região Noroeste -

2. Identificação da organização da sociedade civil

2.1 Nome da Instituição: PROJETO GENTE NOVA (SEDE)

2.2 N° do CNPJ da instituição: 54.129.002/0001-04

2.3 Website oficial da instituição (ou rede social): www.progen.org.br

3. Unidade Executora

3.1 Nome da Unidade Executora: PROJETO GENTE NOVA - JD GARCIA

3.2. N° do CNPJ da unidade executora (se houver): 54.129.002/0003-76

3.3. Endereço da unidade executora (com bairro e CEP): MONTEIRO DE CAMARGO, nº 210 - Bairro: JARDIM GARCIA - CEP: 13061-200

3.4. Telefone da unidade executora (com DDD): (19) 3267-0705

3.5. E-mail da unidade executora: progen@progen.org.br

3.6. Descrição da infraestrutura física existente na unidade executora:

01(uma) sala para recepção;

02(duas) salas para atendimento individualizado;

01(uma) sala para atendimentos coletivos;

01(uma) sala para atividades administrativas, de planejamento e reuniões de equipe;

02(dois) espaços externos cobertos para atividades coletivas;

03(três) instalações sanitárias.

3.7. Descrição dos materiais, equipamentos e meios de transporte disponíveis para o serviço na unidade executora:

Equipamentos:

07(sete) computadores de mesa - completos (com configuração que comporta acesso a sistema de dado, provedor de internet e banda larga);

03(três) notebooks (com configuração que comporta acesso a sistema de dado, provedor de internet e banda larga);

01(um) roteador;

01(uma) impressora multifuncional;

01 (um) projetor de vídeo e som;

01(uma) Caixa amplificadora;

01(um) televisor 32
01 (uma) câmera fotográfica semiprofissional
03 (três) aparelhos de telefone sem fio (com 02- duas linhas telefônicas)
01(um) aparelho de celular smartphone;
01 (um) geladeira;
01 (um) fogão;
01 (um) microondas;
01 (um) fornoelétrico;
02 (dois) bebedouros;
07 (sete) mesas de escritório;
13 (treze) cadeiras giratórias;
02(dois) arquivos com 04 gavetas;
01 (um) arquivo com 02 gavetas;
03 (três) armários de aço de 2 portas;
03(três) prateleiras de aço;
04 (quatro) gaveteiros com 3 gavetas;
01 (um) sofá de 2 lugares;
37 (trinta e sete) Cadeiras;
08 (oito) Mesas plásticas;
Iluminação e ventilação (adequados em todos os espaços).

Materiais:

Materiais pedagógicos variados;

Brinquedos variados;

Jogos variados;

Livros variados;

Materiais de escritório variados.

Transporte

02(dois) carro com disponibilidade exclusiva do Serviço.

5. Público Alvo

crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e suas famílias

PROGEN
P R O J E T O G E N T E N O V A

4.Descrição da realidade objeto da parceria (diagnóstico social)

Este documento foi redigido pelos profissionais do Serviço Especializado de Proteção Social à Família (SESF) - PROGEN - Unidade Jd. Garcia, e possui como suporte teórico e norteador do trabalho a ser realizado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993); Estatuto do Idoso - EI (2003); Política Nacional de Assistência Social (2004); a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009); Norma Operacional Básica - NOB SUAS - Recursos Humanos Anotada e Comentada (NOB - RH - SUAS, 2011); Norma Operacional Básica - NOB - SUAS (NOB - SUAS, 2012); o Plano Municipal de Assistência Social - PMAS (2018-2021); as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS; os Parâmetros para Trabalho Social com Famílias na Proteção Social de Média Complexidade (Relato de Experiência de Campinas - SP, 2012-2013), Estatuto da Juventude (2013); Estatuto de Pessoa com Deficiência - EPCD (2015), Regulamentação do Serviço Especializado de Proteção Social à Família como Serviço Complementar - RESSMASA nº01/2017.

Além destes materiais, a edição desta proposta deste Serviço parte também da experiência cotidiana das(os) trabalhadoras(es) desta Organização da Sociedade Civil (OSC) de Assistência Social e seus olhares sobre a complexidade dos territórios os quais as famílias estão inseridas, assim como, da região noroeste como um todo e no município. Complexidade esta que despertou o interesse da equipe em conhecer a história destes territórios, a relação dialética entre o desenvolvimento destes e a constituição e expressão de violência nos núcleos familiares e na comunidade. Com o objetivo de aprofundar o diagnóstico, foi utilizado ainda dados oferecidos no site da Prefeitura Municipal de Campinas, Atlas da Violência (2019), Diagnóstico Socioterritorial (Fundação das Entidade Assistenciais de Campinas - FEAC, 2017); Documentos Institucional Bianuais: Perfil das famílias e usuários atendidos no SESF 2018, Perfil das Famílias e Usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PROGEN das Unidades Vila Bela, Satélite Íris e Jd. Bassoli; Banco de Dados do próprio SESF - PROGEN, Unidade Jd. Garcia; e outros referenciais teóricos.

Considerando que conhecimento e inserção no território são premissas fundamentais para qualquer ação na Assistência Social, entendemos que atuar a partir do conhecimento da população que reside no território, permite estabelecer as estratégias adequadas ao enfrentamento das situações de violência doméstica e desigualdades sociais. Favorecer ações articuladas entre os moradores, Serviços da Rede Socioassistencial e demais políticas públicas.

Diante destas complexidades que serão apresentadas neste Diagnóstico Social, a atuação de 12 anos na Proteção Social Especial de Média Complexidade/ PROGEN - Jardim Garcia, se pauta no atendimento às famílias como um espaço de promoção e ressignificação da cidadania, fortalecimento da autonomia, compreendendo-as na sua integralidade, e não como um espaço de tutela. Tal atendimento se realiza por meio da efetivação de processo intersubjetivo no qual a família é respeitada enquanto sujeito, com responsabilidade ética em relação a seus membros, especialmente de seus dependentes, evitando-se assim processos de moralização, culpabilização e revitimização.

Consideramos fundamental a continuidade e a ampliação da execução deste Serviço pelo PROGEN, uma vez que possibilita as famílias o exercício da cidadania, acesso a direitos civis e sociais, reconstrução de vínculos, redução de violações e violências, bem como o desenvolvimento da autonomia e superação das situações vivenciadas no cotidiano por essas famílias.

O presente diagnóstico está estruturado da seguinte maneira: I. Introdução; II. História do Município; III. História da Região Noroeste; IV. Informações sobre vulnerabilidades e riscos sociais no município (Caracterização do Município e Região Noroeste); V. Caracterização do Público-alvo; VI. Histórico da Organização da Sociedade Civil; VII. Indicação de Fontes Consultadas.

I. Introdução

Para expor informações sobre o público alvo, perfil etário e socioeconômico, dos atuais e possíveis usuários do SESF, assim como, a apresentação de riscos e vulnerabilidades aos quais estes estão expostos, é preciso compreender que todo diagnóstico social, pressupõe, uma análise territorial. Tendo visto que, "(...) a família não pode ser concebida fora de um determinado contexto social, histórico, cultural, econômico e político, onde se constroem e se reconstroem relações. Relações, estas, entre sujeitos e entre sujeitos e sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, como o Trabalho, Estado e Mercado" (Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias, p. 34, 2012-2013).

Neste sentido, o trabalho social com as famílias, especialmente aquelas expostas às situações de violência e vulnerabilidades, pressupõe uma concepção histórica, cultural e política destas situações que acontecem em um determinado local. Para esboçar informações sobre o público alvo do Serviço, suas demandas e cenários de risco pessoal e social, é preciso conhecer a realidade do território em que estes estão inseridos, pois:

"O território é um espaço contraditório, pois ao mesmo tempo é o lugar onde se produz e reproduz exclusão e violência e também onde se viabilizam oportunidades, onde as famílias e comunidade aglutinam forças e sinergia para o exercício da cidadania, na busca da efetivação dos seus direitos políticos e sociais. Esta visão plural de território permite compreendê-lo como espaço que conjuga vulnerabilidades e riscos - aos quais a comunidade está exposta - e potencialidades, cultura, história e valores; onde se configuram, por um lado, exclusão, perdas e isolamentos e, por outro, oportunidades, redes de solidariedade, movimentos sociais e organizações de defesa da cidadania oriundas das iniciativas populares. É também nos territórios que se aportam serviços públicos de atenção que operam na proteção social e na garantia de direitos dos cidadãos(ãs)" (Secretaria Nacional de Assistência Social; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011, p.29).

É por meio do conhecimento do território, que se acessa o conhecimento das condições de vida em que vivem as pessoas, assim como, as dimensões que contribuem e constituem as

situações de vulnerabilidade e riscos assim como, violações de direitos e outras violências (Secretaria Nacional de Assistência Social; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011). Vale destacar que a PMAS, bem como, a Política Estadual e Nacional, preconiza como uma das diretrizes da assistência social a territorialidade.

Assim, para realizar um diagnóstico sobre o Serviço e seu público, faz-se necessário uma breve contextualização sobre o histórico do município, da região noroeste, para que seja possível vislumbrar e compreender, estabelecer relações e apresentar como estas questões ainda impactam a realidade e a vida da população que reside ali - e que são os atuais e futuros usuários do SESF PROGEN - Noroeste.

II. História do Município

De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Campinas, o município tem sua origem por volta do século XVIII, como um local de pouso para os tropeiros e bandeirantes que realizavam as rotas São Paulo - Goiás, São Paulo - Mato Grosso, conforme explicita:

"Esse pouso para descanso dos tropeiros, que utilizavam esse caminho entre as Vilas Jundia? e Mogi-Mirim ficou conhecido como "Campinas do Mato Grosso" em razão da formação de três pequenos descampados ou "campinhos" em meio à mata. Deste simples pouso, surgiu um povoado e depois um município que a partir da segunda metade do século XIX começou a adquirir sua identidade sócio-econômica com o desenvolvimento da indústria açucareira, seguido da cultura do café" (Prefeitura Municipal de Campinas).

Campinas foi fundada em 1774 e foi elevada como cidade em 1842. Ainda no século XVIII, houve o início das fazendas e produções do açúcar, utilizando um grande contingente de mão de obra escrava. De acordo com Martins (2011), em 1836, "mais da metade da população da cidade compunha-se de africanos escravos mantendo-se a média inalterada durante as duas décadas posteriores" (p.16). Em 1854, afirma a autora, a população do município de Campinas era majoritariamente negra (57,7%), e este tornou-se o maior produtor de açúcar com o maior número de escravizados da região. Segundo Áurea Pereira da Silva (citada por Martins 2011), haviam naquele momento 6 mil escravizados distribuídos em 177 fazendas.

Campinas era um local temido pelos escravizados frente o seu histórico de tortura, inclusive na atual Região do Campo Grande, como explicita a autora. Com o fortalecimento da era do açúcar, impulsionou-se também a produção do café; devido à localização e histórico do município, permitiu o desenvolvimento de uma rede de transportes ferroviários, inaugurando em 1872 a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais.

Martins (2011) expressa que com a abolição da escravatura, houve uma mudança significativa na política vigente de doação de terras que, naquele momento, passaram a ser vendidas. Mesmo com a abolição, que concedeu "liberdade" à população escravizada, esta por sua vez, sem ter para onde ir, manteve-se nas fazendas devido a realidade de não possuírem recursos financeiros para realizar a aquisição de terrenos e/ou casas. Ao mesmo

tempo em que, havia um grande incentivo ao trabalho para os imigrantes e a busca por novas tecnologias para a produção. Na década de 30 foi fundado o Aeroporto de Viracopos e na de 50 foi inaugurada a Rodovia Anhanguera e assim, Campinas foi se desenvolvendo enquanto cidade e polo industrial.

De lá, até os dias atuais, Campinas se desenvolveu de forma dispersa enquanto cidade, dentre um dos motivos, a desigualdade social imposta naquele momento. De acordo com Martins (2011) o impacto principal da urbanização campineira foi o "aumento da distância entre as áreas de localização de empregos e as áreas de concentração de moradia de população de baixa renda, bem como das áreas de consumo, que passavam a se localizar principalmente nos shopping centers, que também se hierarquizaram conforme a renda dos consumidores" (p.32).

Atualmente, Campinas tem seu território dividido em cinco regiões: Sul, Sudoeste, Norte, Noroeste e Leste (Prefeitura Municipal de Campinas), tendo uma população estimada em 1.204.073 habitantes (IBGE, 2019) e é organizada em Administrações Regionais.

III. História da Região Noroeste

Na região Noroeste está territorializado este SESF. Esta região possui um histórico que implica na vida atual da sua população: "A formação do território é algo externo a ele, sendo a periodização da história que define como será organizado e quais serão suas configurações econômicas, políticas e sociais, nos advertindo para que não se faça confusão entre os conceitos de espaço e território" (Milton Santos, citado por Martins, 2011, p. 18).

"Por volta de 1860, à beira da Estrada Campo Grande, surgiu uma pequena colônia agrícola onde a mata dava lugar a um campo aberto. A partir desse lugarejo, os colonos italianos se estabeleceram em aglomerados rurais ou em sítios e fazendas na Região do Campo Grande. Com suas economias compraram propriedades, formaram os bairros mais antigos da região e contribuíram para a estruturação de seu contexto físico, social e econômico. Seus herdeiros permaneceram ainda estabelecidos em alguns bairros das cercanias como, por exemplo, o Jardim Metanópolis, Jardim Florence II, Jardim Santa Rosa, Jardim Santa Clara, Jardim Rossim, entre outros (...)" (Martins, 2011, p.45,46).

De acordo com Martins (2011) existem históricos que permitem uma suposição de que na região Noroeste antigamente havia duas grandes fazendas cafeeiras que foram sendo subdivididas pelas gerações posteriores. Um exemplo era a fazenda Cuscuzeiro (1885), na atual região do Campo Grande, de José Teixeira Nogueira e que contavam com aproximadamente 200 mil pés de café. Conforme já sinalizado anteriormente, o trabalho realizado nas lavouras de café era predominantemente escravista. E, com a abolição da escravatura em 1888, com a nova Lei de Terras, muitos homens e mulheres negras escravizados, sem terem acesso à terra - que havia se tornado propriedade privada e mercado -, mantiveram-se na terra dos senhores. Soma-se à esta realidade, o processo da política higienista que buscou afastar da região central e alocar nas regiões periféricas esta

população. Martins (2011) contextualiza sobre como a região noroeste e sudoeste foram constituídas majoritariamente pelo povo negro afrodescendente, ainda que, houvesse um papel dos imigrantes no desenvolvimento urbano destas regiões.

Na década de 50, a região noroeste passa a contribuir com a produção hortifrutí. Posteriormente, houve na região a fábrica de pneus Dunlop que teve papel importante na urbanização deste território. Em 1953 foi aberta uma avenida que passava sob a Via Anhanguera e ligava esta região a região central do município. Outras instalações significativas para a urbanização do território foram, de acordo com Martins (2011): a nova FEPASA,(1973), Hospital Celso Pierro e a unidade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1978); "a abertura da rodovia dos Bandeirantes (1978); o Conjunto Habitacional COHAB/Itajaí (1985), Parque Floresta (1990); o Aterro Sanitário do Parque Santa Bárbara (1987); Terminal Itajaí e a duplicação da Avenida John Boyd Dunlop (1994/96)" (p.48). Com a avenida, surgiram novos bairros e loteamentos em suas margens como o Satélite Íris, São Judas Tadeu, Jd. Santa Rosa, dentre outros. A avenida John Boyd Dunlop possui relevante papel pois liga a região do Campo Grande e cercanias da Noroeste ao Centro da cidade, além de, ser a avenida "mais extensa da cidade de Campinas, com aproximadamente 13 km, com início no balão da Vila Teixeira até seu término no Campo Grande" (p.49,48).

A região Noroeste teve a sua expansão devido ao "parcelamento urbano e pela indução de implantação de conjuntos habitacionais e de indústrias e equipamentos de grande porte ao longo das Rodovias Anhanguera e SP - 101" (Martins, 2011, p. 35).

Outra característica da região é o grande número de Conjuntos Habitacionais promovidos pela COHAB, entre 1966 e 1999. Localizados nos bairros: Vila Castelo Branco, Padre Manoel da Nóbrega, Parque Itajaí, Conjunto Residencial Parque São Bento e Parque Floresta. No total existem 4.809 unidades da COHAB e mais 1.472 lotes urbanizados, além disso, a região apresenta o maior número de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, com 5.000 unidades (2.380 do Jd. Bassoli e 2.620 do Sirius). (Fonte: SMCAIS - Perfil das Pessoas e Famílias do Cadastro Único - Julho 2016).

IV. Informações sobre vulnerabilidades e riscos sociais no município (Caracterização do Município e Região Noroeste):

Atualmente, a região pretendida nesta proposta apresenta a seguinte característica: "Considerada uma região com forte expansão econômica, a Macrorregião Noroeste possui cerca de 145 mil habitantes. Localizada em uma área de 65,64 km² de extensão, abriga um grande complexo de atendimento à saúde, incluindo o Pronto-Socorro do Campo Grande, a Maternidade e o Hospital Universitário Celso Pierro, mais conhecido como PUCC II. Outros diferenciais da Macrorregião Noroeste são as principais rodovias que passam por ela: Rodovia Anhanguera e Bandeirantes, além do Corredor Metropolitano Noroeste, onde estão concentrados cerca de 70% dos usuários de transporte público. O Corredor Metropolitano auxilia na reorganização do transporte intermunicipal de passageiros na RMC e atende cidades vizinhas, como: Hortolândia, Sumaré e Monte Mor. A Macrorregião oferece serviços

de assistência social, saúde, educação, cultura e compreende as ARs 05 e 13" (Prefeitura Municipal de Campinas).

Os bairros desta região da Cidade, estão afastados do centro de Campinas, como o Campina Grande, bairro bem distante, cerca de 28,1 Km de percurso. Devido a este fato, parte dos bairros, principalmente os localizados na região do Campo Grande e do Itajaí, são conhecidos pela grande autonomia comercial. Esta região ainda é considerada como forte em relação à expansão econômica.

Considerando todas as cinco regiões do município, é possível caracterizar de maneira geral a população residente no município, principalmente a que, segundo os dados que aqui serão apresentados, está mais exposta a vulnerabilidades sociais e riscos. O índice de desenvolvimento humano (IDHM) da cidade é Muito Alto, 0,805, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2010). A dimensão que mais influência este resultado é Longevidade (0,860), Renda (0,829) e Educação (0,731). Contudo, é importante que estes dados sejam complementados com outros, a fim de mensurar com maior aprofundamento a realidade do município.

Apesar do alto índice de desenvolvimento humano do município, a Região Noroeste apresenta os maiores componentes de desigualdade social, conforme é apontado a partir da publicação do Plano Municipal de Assistência Social (2018 - 2021). O IDHM, de acordo com o documento, é indicador fundamental quando comparamos Campinas em relação à região já citada, estimada em uma média de 0,72 - já menor do que a média municipal, mas, principalmente, quando comparado com a microrregião do Campo Grande, 0,71.

Outro dado significativo apresentado pelo Diagnóstico Socioterritorial, da Fundação FEAC - Edição 2017, é que somente 700 pessoas em todo o território da Região Noroeste, apresentam ganhos entre 10 e 20 salários mínimos, menor número nessa faixa de renda em todo o município. Segundo o mesmo diagnóstico, a região Noroeste possui a menor população entre as cinco regiões do município, com 137.786 e é a região com maior população rural tanto absoluta quanto relativa, 6,491 pessoas, ou aproximadamente 5% do total de habitantes da região, é a região Noroeste da cidade. É importante sinalizar que existe uma contradição nos dados apresentados entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a FEAC no que diz respeito ao número de habitantes desta região.

Os dados da educação utilizados para o cálculo do IDHM consideram frequência escolar e/ou quantidade de anos cursados e concluídos pelas faixas-etárias, portanto, baseada em uma perspectiva mais quantitativa. Ainda assim, é possível perceber uma discrepância no acesso à educação de acordo com as faixas-etárias e raça/etnia. Nesse sentido, de acordo com o último Atlas do Desenvolvimento Humano (2010), a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 93,1 %, de 11 a 13 anos 87,2% estavam completando os últimos anos do ensino fundamental, já a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 53,2%, ou seja, quase metade desta faixa-etária não concluiu o ensino médio. Com relação à população adulta (25 anos ou mais) 31,3% têm o ensino fundamental incompleto,

48,72% possuíam ensino médio completo, e apenas 21,31% têm superior completo, sendo que no total 3,89% são analfabetos. Sendo assim, quanto maior a idade percebe-se um decréscimo do acesso à educação. Se acrescentarmos o fator raça aos dados há maiores diferenças, são 2,6% de analfabetos brancos contra 6,8% de analfabetos negros, 27,1% de pessoas brancas com fundamental incompleto contra 41,5% de pessoas negras com fundamental incompleto, com relação ao ensino superior esta disparidade é ainda maior, sendo 27,3% da população branca com superior completo contra apenas 6,6% da população negra com superior completo.

Conforme o Relatório de Informações Sociais de 2016, "A região Noroeste é pouco abastecida de unidades públicas, pois apresenta o menor número de unidades de educação da rede estadual e o terceiro menor da rede municipal, além de possuir um dos menores números de unidades de saúde". Além disso, expressa que a região apresenta poucos espaços de lazer, cultura e esporte. Ainda de acordo com o Relatório citado, esta região conta ao todo com 60 unidades da rede pública de ensino, sendo 19 unidades da rede pública estadual e 41 unidades da rede pública municipal, divididas em: - Ensino Infantil (35 no total), 27 CEI (Centros de Educação Infantil), 08 CEI Nave Mãe; Ensino Fundamental (06 no total) sendo 02 EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental), 01 EEI (Escolas Municipais de Educação Fundamental Integral) e 03 EMEF/EJA (Escolas Municipais de Educação Fundamental/Educação de Jovens e Adultos).

Outra dimensão importante para o cálculo do IDHM é a renda. A média per capita municipal é de R\$1390,83, no entanto, é importante a complementação deste dado com o índice de desigualdade social que aponta para uma desigual distribuição de renda, sendo este 0,56 (GINI), o qual quanto mais próximo de 1 maior é. Novamente, ao considerar a desagregação por cor maior é a desigualdade, a renda média per capita da população negra municipal é de R\$735,52 enquanto da população branca é de R\$1696,00. Ainda entre a menor faixa de renda, até meio salário mínimo per capita, estão 14,36% da população municipal no total, sendo que são 24% pardos, 20% pretos e 12% brancos dos que estão nessa faixa (IBGE, 2010).

A realidade de Campinas se apresenta de forma contraditória e desigual também quando pormenorizamos alguns outros indicadores, focados em especificidades que configuram um contexto de vulnerabilidades sociais para parte da população.

Na esfera de vulnerabilidade social do município podemos verificar nos dados do perfil de Campinas um significativo crescimento entre os anos de 1991 à 2010, de famílias chefiadas por mulheres, classificado aspectos norteadores socioeconômicos que fragilizam e favorecem situações de vulnerabilidade e risco social, tais como: baixa escolaridade dos responsáveis, que favorecem o trabalho informal (sem vínculos empregatícios) e com renda mensal de aproximadamente até dois salários mínimos, e evasão escolar de adolescentes e jovens, o que nos faz refletir do quanto hoje, não nos deparamos com um pedido de pão, mais sim com um pedido de cidadania, visto que diante de todo este cenário, o tráfico, a criminalidade acaba sendo a única alternativa para sua sobrevivência. Deste modo, apesar de ter um índice

desenvolvimento relativamente alto para os padrões brasileiros, a cidade de Campinas tem ainda desafios relativos ao combate das questões da vulnerabilidade social. (Diagnóstico Socioterritorial, da Fundação FEAC - Edição 2017).

Sendo assim, não podemos deixar de observar alguns dados com relação à violência e suas características, detalhando os tipos mais frequentes, quem são as maiores vítimas e seus aspectos, assim como, os principais autores em âmbito municipal, os quais apontam para necessidade de ações não só no sentido do enfrentamento a este fenômeno, mas ao planejamento de estratégias de prevenção, dessa forma, os dados contribuem para o estabelecimento de intervenções mais efetivas. Para tanto, Campinas possui o recurso do Sistema de Notificação de Violências (SISNOV) que surgiu para registrar violências de notificação compulsória, mais tarde ampliou para notificação obrigatória de violências a partir da obrigatoriedade nacional. O Comitê Intersetorial e Interinstitucional elabora e publica um Boletim com a computação dos dados recolhidos no ano, o boletim compreende os anos de 2013 a 2017 e foi publicado em 2018. O tipo de violência mais notificada neste boletim foram, consecutivamente, violência física (31,6%), violência sexual (19,1%), violência de negligência (17,3%) e tentativa de suicídio (17,3%), outro dado que chama atenção é que em 2017 ocorreram 95 notificações de trabalho infantil. Deve-se considerar, inclusive, a subnotificação destes dados, pois sabemos que não são todas as situações de violência que chegam até os serviços públicos e que, por diversos motivos, mesmo as que chegam não são todas notificadas.

A maior parte dos autores destas violências são de conhecimento da vítima (76%), sinalizando um enfraquecimento problemático das relações familiares e domésticas. Fazendo um recorte para crianças e adolescentes, percebe-se que 56,2% das vítimas são da faixa etária de 0 a 11 anos, já olhando para sexo constata-se que 58,1% das crianças e adolescentes que sofreram violência eram do sexo feminino.

A violência contra a mulher é outro indicador importante para contextualizarmos a realidade municipal. Em 2017 o Boletim do SISNOV deu destaque à esta categoria, já que foram muito expressivas as evidências, configurando o cenário grave de riscos recorrentes aos quais muitas mulheres estão expostas em níveis diversos, atingindo pontos extremos, como o feminicídio, expondo a necessidade de serviços preventivos e também especializados para o fortalecimento destas mulheres. O tipo de violência mais notificada contra as mulheres neste Boletim, foi a violência física, com aumento para as tentativas de suicídio e de violência sexual, os dados são 396, 183 e 118 notificações respectivamente, sendo o autor cônjuge o maior violador, correspondendo a 39,7% das notificações. A violência contra a pessoa idosa também traz dados significativos, a faixa-etária mais atingida é de 60-69 anos, a violência mais frequente é negligência/abandono.

A 13ª edição do boletim SISNOV de 2019, aponta aumento de casos de violência em comparação com edições anteriores. Os tipos violência mais notificados em 2018 foram a Violência Física, em primeiro lugar, com 826 registros (33,5%); seguido por Tentativa de Suicídio; com 449 (18,2%) e; com valores semelhantes, Negligência/Abandono, com 429

(17,4%) e Violência Sexual com 427 (17,3%). O último boletim, do mesmo sistema, chama atenção pelo aumento progressivo nas notificações de Tentativas de Suicídio.

O Atlas da Violência (2019) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra as taxas estimadas de homicídios a cada 100 mil habitantes. Embora tenha sido divulgado em 2019, a taxa de assassinatos foi calculada com dados de 2017. O município de Campinas aparece com taxa de 18 homicídios a cada 100 mil habitantes. Ocupando a 24ª posição em um total de 645 municípios do Estado de São Paulo. Comparado a capital paulistana, São Paulo possui taxa de 13,2. Importante compreender que são consideradas pela ONU como indicador de violência epidêmica, taxas de homicídio acima de 10 por 100 mil habitantes.

A taxa média de mortes de mulheres por feminicídio em Campinas é maior que a média estadual, segundo estudo de Mônica Caicedo-Roa (2019). A pesquisa indica a partir de dados de 2015, que a incidência em Campinas é de 3,2 casos de feminicídio a cada 100 mil mulheres, o que correspondeu à morte de uma em cada 31.250 mulheres no ano. Sendo que, a média do Estado de São Paulo é de 2,4 mortes a cada 100 mil habitantes. No país, a média nacional é superior: de 4,8 mulheres mortas por feminicídio a cada 100 mil habitantes.

A grande maioria dos atendidos atualmente, neste Serviço, estão localizados na região do Satélite Íris e Jardim Bassoli. O bairro Satélite Íris apresenta um histórico de ter sido um lixão com resíduos hospitalares, industriais e domésticos. Embora o lixo tenha sido soterrado, deixou uma marca na poluição do solo. Entretanto, muitas famílias diante a necessidade e ausência de recursos financeiros e informações, acabam por plantar alimentos no solo sem o conhecimento de que o mesmo em diversos pontos do bairro está contaminado. Existe ainda hoje uma quantidade significativa de lixo no território, esgoto a céu aberto, coleta pública de lixo ineficiente frente à demanda, ausência de espaços de lazer e cultura no território, dentre outras situações que acabam por contribuir com a condição de vulnerabilidade e risco social dos moradores que ali residem. O asfaltamento no bairro é recente e ainda existem ruas de terra, o que dificulta nos momentos de chuva a circulação da população. Atualmente, aproximadamente 81.557 pessoas residem no bairro, representando 59,2% da macrorregião Noroeste (Conforme IBGE, citado pelo diagnóstico do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - PROGEN Satélite Íris).

O bairro Jardim Bassoli foi um Projeto Piloto do Programa "Minha Casa, Minha Vida", que tinha por objetivo deslocar as pessoas que se encontravam residindo em áreas de risco para um local de proteção. É constituído por 19 condomínios com 119 torres, e 2.380 apartamentos. No bairro não existe Unidade Básica de Saúde (sendo a UBS Pq. Floresta o utilizado pela população, o que sobrecarrega o atendimento da saúde), não possui escolas (apenas no bairro ao lado, Pq. Floresta e São Bento), não possui CRAS (o DAS é a referência da população - vale sinalizar que este equipamento é distante geograficamente dos condomínios o que dificulta o acesso da população ao Serviço). A precarização e a negligência não se concretizam apenas no bairro, como também na construção dos apartamentos pois existe histórico de desabamento e, atualmente, alguns condomínios apresentam rachaduras e até mesmo pilares de apoio para sustentar as escadas. Não

existem janelas nos corredores conforme solicitação do Corpo de Bombeiros, inviabilizando a entrada de ar e entrada de luz natural; existem vazamentos de água constantes nos apartamentos e corredores; número insuficiente de garagem para os moradores o que acarreta conflitos entre os residentes resultando até em um homicídio de uma moradora.

Houve situações das janelas diante um temporal, voarem; bueiros sem as devidas grades, o que já acarretou que uma criança caísse neste e quebrasse a perna, dentre outras situações. (Diagnóstico do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - PROGEN Jardim Bassoli, 2017).

As estruturas destes dois bairros potencializam as condições de vulnerabilidade vividas pelas famílias usuárias deste Serviço. Esta realidade permite entender como as situações de violência familiar vão para além deste núcleo, compreendendo como as questões de ausência/ineficiência de direitos, serviços, políticas públicas, acabam por contribuir com a condição de vulnerabilidade em que muitas famílias estão expostas e afetam a vida da população. E, por isso, observa-se a demanda de desenvolver trabalhos mais voltados a atuação dentro das comunidades e territórios.

Assim, evidencia-se em Campinas e na região Noroeste um nível significativo de situações de violência e vulnerabilidades que implicam diretamente na vida da população que ali reside e que, necessitam de um olhar do poder público e investimento nas políticas públicas locais.

V. Caracterização do Público-alvo

Conforme prescrito no Item 2, do Anexo I - Termo de Referência, do Edital de Chamamento nº 09/2019, os usuários deste Serviço devem ser: "Crianças, adolescentes, adultos, idosos de ambos os sexos e suas famílias, vítimas de violência doméstica, física, psicológica, negligência, abuso e exploração sexual, abandono, exploração financeira e trabalho infantil com existência de outras violações de direitos". Assim, em continuidade, serão explicitados alguns dados que foram retirados do instrumental de banco de dados desenvolvido por este Serviço e diz respeito sobre o perfil dos usuários e famílias atendidas.

Perfil etário dos usuários do Serviço

Até o presente o momento, o público usuário deste SESF (PROGEN - Unidade Jd. Garcia) apresenta o seguinte perfil etário: 0 à 5 anos: 10%; 6 à 12 anos: 18%; 13 à 18 anos: 21%; 19 à 29 anos: 16%; 30 à 59 anos: 30 %; 60 à 79 anos: 4,5 %; acima de 80 anos: 0,5%.

Motivação do Encaminhamento

Atualmente, os usuários que foram encaminhados para este Serviço apresentaram tais situações de violência: Violência Sexual: 17%; Exploração Sexual: 13%; Negligência ou abandono 38%; Trajetória de rua 1%; Violência de gênero: 1%; Trabalho Infantil 2%; Violência Física: 15%; Violência psicológica: 11%.

É importante sinalizar no acompanhamento das famílias, outras violências são identificadas. Percebe-se que a base de origem das violências apresentam interrelações com as questões de classe, gênero e raça-etnia. Percebe-se ainda que existe, na grande maioria, uma expressiva violência exercida pelo próprio Estado por meio da ausência e/ou ineficácia das políticas públicas de moradia, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, dentre outras. E por fim, é necessário sinalizar que todas as violências perpassam necessariamente pela espécie psicológica, indicando assim, um número maior deste tipo de violência do que o apresentado a partir dos relatórios de encaminhamento.

De acordo com os "Parâmetros para o trabalho social com famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade" (2012-2013), "violência é a expressão do abuso existente em uma determinada relação de poder, que gera danos psíquicos e materiais, sofrimento para si próprio e ao outro e pode levar à morte. Ela se produz e reproduz no campo das relações sociais e, portanto, se configura como um fenômeno estrutural, coletivo e individual em contínua inter-relação, cuja constituição se dá de forma dialética." Acrescentando ainda que a instituição família não deve ser concebida fora de um determinado contexto social, histórico, cultural, econômico e político, no qual se constroem e se reconstróem relações. Sendo espaço de relações dinâmicas, complexas e contraditórias e tem papel preponderante na construção de subjetividades.

Segundo Azevedo e Guerra (1995), "violência doméstica contra crianças e adolescentes são atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento."

Percebemos que a violência doméstica é uma modalidade de violência presente em todas as classes sociais, ao contrário do que muitos pensam, ela não ocorre tão somente nos lares das famílias de baixa renda. É um processo pelo qual o agressor transforma sua força física em arma, em que a vítima é reduzida a objeto. Há neste contexto, uma violação de valores humanos fundamentais. Para Chauí (1985) "violência é transformar diferentes em desiguais e a desigualdade numa relação assimétrica de poder."

É importante ressaltar que, a violência doméstica não pode ser explicada apenas por um fator, ou ainda, por fatores isolados, ou seja, ela é multicausal, pois há inúmeros fatores de ordem psicológica, socioeconômico e cultural que ajudam a entendê-lo. A família é a primeira instituição que deveria zelar pelos direitos de seus membros; mas nem todas as famílias conseguem desenvolver este papel inerente, importante e tão especial que lhe foi atribuído, muitas famílias, também precisam de cuidados e proteção. Neste contexto que nosso Serviço é inserido, e destacamos ainda a importância da tessitura da Rede de Serviços para abarcar de forma ampliada, a complexidade que demanda a questão da violência.

De acordo com o Perfil das Famílias e Usuários, documento institucional (bianaual),

levantamos ainda os dados das famílias atendidas no SESF no ano de 2017:

Caracterização das Famílias Atendidas, em relação à chefia

Verifica-se que das 92 famílias atendidas no Serviço no ano de 2017, 48 são chefiadas pelo casal, 41 chefiadas por mulheres; e apenas 3 famílias chefiadas por homens.

Estado de origem da pessoa de referência de cada família

Os dados mostram que 68% das referências das famílias atendidas no Serviço nasceram no estado de São Paulo. Quanto aos outros Estados, observamos que 9% migraram da Bahia, 6% de Minas Gerais, 6% do Paraná, 3% de Alagoas, 3% do Rio de Janeiro, 2% do Ceará; Mato Grosso, Pernambuco e Sergipe representam apenas 1% dos estados de procedência das referências das famílias atendidas.

Órgãos que encaminharam as famílias ao CREAS

Os dados mostram que 69% das denúncias foram encaminhadas pelo Conselho Tutelar, 16% pela Proteção de Média e Alta Complexidade, 8% pela Proteção Social Básica e os outros 7% das denúncias foram efetivadas pela Saúde e por outros órgãos. Educação, Vara da Infância e Ministério Público não efetivaram nenhuma denúncia.

Renda (Perfil Socioeconômico)

Os números expressam que 37 das famílias sobrevivem com renda igual ou inferior a 1 salário mínimo mensal passando por algumas que apenas se sustentam com programas de transferência de renda ou até mesmo famílias que relatam não possuir nenhum rendimento. Outras 9 sobrevivem de 1 a 2 salários mínimos e 37 famílias de 2 a 3 salários mínimos. Vale ressaltar que as famílias possuem em média 5 membros em sua composição de forma que a renda familiar na maioria dos casos não é suficiente para manter as despesas. Vale ressaltar também que apenas 9 famílias possuem renda superior a 4 salários mínimos.

Escolaridade das referências da família

Sobre a escolarização, 71 das referências das 92 famílias não completaram o Ensino Médio e destas 45 nem sequer o Ensino Fundamental.

Situação de Moradia

A condição de moradia é fator importante para a preservação de um ambiente protetivo e acolhedor. No entanto, 55 famílias não têm garantido a sua casa própria; 34 precisam dispor de valor mensal para permanecer na residência e 21 estão em locais cedidos ou ocupados.

Pensão Judicial e Benefícios Previdenciários

A maioria das famílias não recebem benefícios previdenciários ou pensão alimentícia. Verifica-se que apenas 20 famílias recebem os benefícios pensão por morte e aposentadoria.

Apenas 6 famílias recebem a pensão alimentícia via judicial.

Benefícios Sociais

Observa-se que a maioria das famílias participa de Programas de Transferências de Renda, sendo o principal Programa o Bolsa Família (41), seguido por o Benefício de Prestação Continuada (7) e Segurança Alimentar / Cartão nutrir (5).

Ressalta-se que 34 famílias não estão inseridas em nenhum programa social apesar da grande situação de vulnerabilidade.

VI. Histórico da Organização da Sociedade Civil

De acordo com as informações ofertadas no Site Oficial da OSC, "O Projeto Gente Nova é uma Organização da Sociedade Civil que atua há 35 anos na região Noroeste da cidade de Campinas, a partir das diretrizes da Política Nacional da Assistência Social, atendendo crianças, adolescentes, adultos e comunidade em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. O Projeto tem por objetivos desenvolver ações com as crianças, adolescentes e o grupo familiar de forma articulada, integrada e continuada, que contribuam na prevenção de situações de risco social e violação de direitos, propiciando o desenvolvimento integral e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, garantindo assim espaços de convivência, formação para participação e cidadania. O PROGEN nasce com um pedido de pão de crianças que pegavam sucata na região noroeste (Vila Castelo Branco) em troca de alimentos. As Irmãs Salesianas da região acolheram essas crianças, identificando que a fome deles ia além da comida, o que eles tinham era fome de cidadania e garantia de direitos sociais.

A antiga Casa do Pãozinho, como era chamada, se tornou um local de busca por uma vida melhor, onde essa "Gente Nova", se fazia presente na comunidade pedindo por transformação. A arquidiocese cedeu uma parte do seu terreno na Vila Castelo Branco para a construção daquele sonho. Com uma comunidade ativa, foi se construindo a sede do Projeto Gente Nova, que contava com a participação de voluntários e doação de diversos produtos. Diversas parcerias foram realizadas (Itaú Unicef, Petrobrás, Robert Bosch, Instituto Primavera, Instituto EPTV) que potencializam o trabalho diário.

Com 21 anos de existência naquela comunidade, foi identificada a necessidade de ampliar as ações em um outro território - Satélite Iris, que teve suas atividades iniciadas afim de levar cidadania a mais famílias empoderando e fortalecendo a garantia de direitos. Aos 23 anos, ao identificar que alguns casos já não se enquadravam mais na proteção básica, o PROGEN inicia suas atividades no serviço de proteção de média complexidade (antigo PAEFI, atual SESF) com um trabalho em equipes psicossociais, à família que teve seu direito violado, tem acompanhamento e pode buscar por soluções.

Em 2013, ainda na região Noroeste, o PROGEN chega no Jardim Bassoli, completando 4 unidades de atendimento. Três na Proteção Básica e uma na Média Complexidade. Divididos por período, o usuário participa de atividades como Capoeira, Circo, Dança, Informática,

Artesanato, Culinária, Educaesporte, Jornal, Brincarte, dentre outras, sempre utilizando os espaços da instituição, mas também sendo convidado a explorar e se apropriar de espaços da comunidade como praças, centros comunitários, quadras, etc.

Missão

Propiciar as crianças e adolescentes condições para o desenvolvimento de uma cidadania consciente e atuante por meio da descoberta e interiorização de valores éticos como Valorização da vida; Participação ativa; Diálogo; Respeito mútuo; Cooperação; Partilha; Senso crítico frente à realidade cotidiana.

Visão

Ser reconhecida pela qualidade do trabalho desenvolvido com o usuário, família e comunidade; Ser o elo entre cidadania e garantia de direitos; Consolidar suas ações dentro da política da assistência social; Efetivar e ampliar a participação nos serviços da rede e equipamentos da região noroeste; Garantir ao usuário escuta qualificada e encaminhamentos assertivos.

Valores

Ética; Transparência; Comprometimento; Fortalecimento dos vínculos; Acolhimento.

VII. Indicação das Fontes Consultadas

1. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.
2. Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. (1995). Violência Doméstica na Infância e na Adolescência, SP, Robe.
3. Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
4. Brasil. (1990). Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acessado 18 de dezembro de 2019.
5. Brasil (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acessado 18 de dezembro de 2019.
6. Brasil. (2003). Estatuto do idoso: Lei nº 10.741, DE 1º de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.
7. Brasil (2013). Estatuto da juventude: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.

8. Brasil (2015). Estatuto da pessoa com deficiência: Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.
9. Boletim SISNOV. Sistema de Notificação de Violência em Campinas (2019). 13º Edição. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim_SISNOV_n13_2019. Acessado em 05 de dezembro de 2019.
10. Caicedo-Roa, M; Cordeiro, R.C.; Martins, A.C.A.; Faria, P. H. (2019) Femicídios na cidade de Campinas. [Versão Eletrônica]. Cad. Saúde Pública. vol.35 no.6 Rio de Janeiro,2019 Epub July 04, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000705014&lang=pt>. Acessado em: 12 de dezembro de 2019.
11. Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. Rio de Janeiro: Zahar.
12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.
13. Martins, A. R. (2011). Requalificação urbana a Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Dissertação de Mestrado . [Versão Eletrônica]. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas - São Paulo. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/97/1/Alessandra%20Ribeiro%20Martins.pdf>>. Acessado em: 05 de dezembro de 2019.
14. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social (2005). Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.
15. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento de Gestão do SUAS; Coordenação-Geral de Implementação e Acompanhamento da Política de Rh do SUAS (2012). Norma Operacional Básica - SUAS. Brasília. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.
16. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Departamento de Gestão do SUAS; Coordenação-Geral de Implementação e Acompanhamento da Política de Rh do SUAS. Norma Operacional Básica - RH/ SUAS. Brasília. Disponível:<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.

17. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. (2009) Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.
18. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional De Assistência Social , Conselho Nacional De Assistência Social. (Reimpressão, 2014). Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acessado em: 18 de dezembro de 2019.
19. Prefeitura Municipal de Campinas. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/index.php>>. Acessado em: 05 de dezembro de 2019.
20. Prefeitura Municipal de Campinas. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/dados-do-municipio/cidade/>>. Acessado em: 05 de dezembro de 2019.
21. Prefeitura Municipal de Campinas. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/index.php>>. Acessado em: 05 de dezembro de 2019.
22. Prefeitura Municipal de Campinas; Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos; Vigilância Socioassistencial. (2018-2021). Estudo da realidade de Campinas e suas contradições: alguns elementos para subsidiar o PMAS 2018-2021. Disponível em: <<https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/relatorios/estudo-da-realidade-de-campinas-e-suas-contradicoes-alguns-elementos-para-subsidiar-o>>. Acessado em: Acessado em 18 de dezembro de 2019.
23. Prefeitura Municipal de Campinas. Regulamentação do Serviço Especializado de Proteção Social a Família (SESF) - como Serviço Complementar, no âmbito do Município de Campinas e define as diretrizes, objetivos, estratégias metodológicas e resultados esperados. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/554470257.pdf>> Acessado em 18 de dezembro de 2019.
24. Projeto Gente Nova (2019). Documento Institucional - Diagnóstico do território: Vila Bela.
25. Projeto Gente Nova (2019). Documento Institucional - Diagnóstico do território: Satélite Íris.
26. Projeto Gente Nova (2019). Documento Institucional - Diagnóstico do território: Jardim Bassoli.
27. PROGEN. Site oficial. Disponível em: < www.progen.org.br>. Acessado em 18 de dezembro de 2019.
28. Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar; Vigilância Socioassistencial. (2016). Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas.

Disponível em:

<https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_-_2016_0.pdf>. Acessado em 18 de dezembro de 2019.

29. Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2011). Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília. Disponível em:

<<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>>. Acessado em 18 de dezembro de 2019.

30. Relato da Experiência de Campinas. (2012-2013). Parâmetros para o Trabalho Social Com Famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/assistencia-social-seguranca-alimentar/trabalho_soci al_familia_2016.pdf>. Acessado em 18 de dezembro de 2019.

6. Descrição das Estratégias Metodológicas, da periodicidade, das metas a serem atingidas e das estratégias da avaliação para cada atividade a serem executadas

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Reunião entre coordenação geral e equipe técnica
Descrição:	Reunião com o objetivo de realizar planejamento, socializar e alinhar estratégias de acompanhamento às famílias. Serão realizadas pela Coordenação geral, Coordenação técnica, por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais, auxiliar de serviços gerais e motorista.
Periodicidade:	semanal
Meta:	Efetivação de 100% das reuniões
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Atas, listas de presença e registros fotográficos.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Reunião entre funcionários e dirigentes para apresentação dos trabalhos e resultados alcançados
Descrição:	Reunião entre os funcionários, a diretoria e alguns parceiros da Instituição, que tem como intuito o compartilhamento do trabalho realizado durante o corrente ano e os resultados alcançados. Favorecendo assim a troca de experiências, o vínculo entre as diversas equipes da Instituição. Participarão todos os colaboradores da OSC.
Periodicidade:	sem periodicidade definida
Meta:	Efetivação de 01 Reunião por ano
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Atas, listas de presença e registros fotográficos.

Atividades:	Informação e comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação
Descrição:	<p>A informação e comunicação sobre os direitos e as formas para o seu acesso e reclamações irão acontecer na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p> <p>No decorrer do ano as atividades de informação e comunicação serão desenvolvidas diariamente, sempre pensando no posicionamento do usuário enquanto cidadão de direitos e esta atividade também poderá favorecer momentos de troca entre os usuários e equipe, bem como realizar reclamações de ações desenvolvidas pelo Serviço. Este espaço proporcionará acolhida e escuta, atendimentos individuais, familiares e coletivos, construção e avaliação do plano individual e/ou familiar de atendimento, desenvolvimento de ações psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizadas, proporcionando-lhes um processo coletivo de fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida, articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas, mobilização para o exercício da cidadania, trabalho interdisciplinar, elaboração de relatório e/ou prontuários. Com esta atividade também serão realizado o trabalho socioeducativo com as famílias com o objetivo de fortalecer o grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção, de auto-organização e de conquista de autonomia. Realização de ações de cunho político organizativa, a fim de realizar diagnóstico das situações de violações de direitos, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo, preparação para o desligamento.</p> <p>Os usuários serão acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades, terão acesso a um ambiente acolhedor e espaços reservados à manutenção da privacidade dos usuários, poderão ter reparado e/ou minimizado os danos por vivências de violência e abusos, vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ter acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidade e ter serviços e informações e permanência/manutenção na rede de ensino.</p>
Periodicidade:	diária

Meta:	16 atividades diárias socioeducativas sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação.
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Reunião Semanal de Equipe e Registros fotográficos das atividades.

Atividades:	Atividades de busca ativa
Descrição:	A busca ativa é uma estratégia utilizada pela equipe para chegar aos usuários que não desejam a princípio, serem atendidos pelo Serviço, com o intuito de motiva-lo e sensibiliza-lo para a importância do acompanhamento. Ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades. Ter acesso a serviços, benefícios socioassistencias e programas de transferência de renda, conforme necessidade. Será realizado por meio de visita domiciliar e em atendimento conjunto por algum serviço da rede, que já tenha vínculo estabelecido com o usuário. Pode ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.
Periodicidade:	diária
Meta:	100% dos usuários que a princípio não estão vinculados ao Serviço

Avaliação:	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM - realizando a vinculação dos usuários e preenchimento do registro atividades desenvolvidas;</p> <p>Planilha de Acompanhamento Diário - Instrumental institucional, na qual diariamente, a equipe relatará as ações que são realizadas com cada família.</p> <p>Planilha Ações com as Famílias - Instrumental institucional, na qual serão acompanhadas as atividades desenvolvidas com as famílias; sendo possível a rápida identificação das atividades ofertadas.</p> <p>Prontuário Físico - Registro onde estão condensados documentos e histórico familiar.</p>
-------------------	---

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Elaboração e acompanhamento do Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento (PIFA)

<p>Descrição:</p>	<p>Elaboração do Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento (PIFA), de acordo com os "Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade". Planejamento e efetivação das estratégias de atendimento, construídas de forma democrática e participativa em conjunto com os usuários, para atendimento tanto as vítimas quanto aos agressores, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos ou restauração do direito violado.</p> <p>Constará como etapas essenciais na construção do PIFA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processo de conhecimento e análise de situações familiares; - Proposição das ações profissionais (Ações Socioassistenciais, Ações Educativas, Ação Educativa com foco na organização da vida cotidiana, Ação educativa com foco no fortalecimento de vínculos familiares, Ação educativa com foco no exercício da cidadania); - Ações Socioemergencias (Ações de Gestão e Planejamento, Ações vinculadas a gestão da informação <p>Ações vinculadas à gestão intersetorial, Ações vinculadas à gestão dos processos de trabalho, Ações vinculadas à gestão de processos de educação continuada);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações político-organizativas. <p>A atividade será realizada por assistentes sociais, psicólogos (as) e educadores (as) sociais.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>diária</p>
<p>Meta:</p>	<p>Elaboração e acompanhamento do Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento (PIFA) de 100% das famílias atendidas</p>

Avaliação:	<p>A aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Envio semestral dos Planos Individual e/ou Familiar de Atendimento ao CREAS-Noroeste.</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM - realizando a vinculação dos usuários e preenchimento do registro atividades desenvolvidas.</p> <p>Planilha de Acompanhamento Diário - Instrumental institucional, na qual diariamente, a equipe relatará as ações que são realizadas com cada família.</p> <p>Planilha Ações com as Famílias - Instrumental institucional, na qual serão acompanhadas as atividades desenvolvidas com as famílias; sendo possível a rápida identificação das atividades ofertadas.</p> <p>Prontuário Físico - Registro onde estão condensados documentos e histórico familiar.</p>
Atividades:	Acolhida individual

<p>Descrição:</p>	<p>A acolhida individual será executada tendo como ferramentas a Acolhida e escuta, o Atendimento Individual, a Entrevista e ou Visitas Domiciliares, a Construção e Acompanhamento do Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento, e o Apoio à família na sua função protetiva.</p> <p>Oferta de espaço de diálogo com o usuário; para que eles possam ser acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades; tenham acesso ao ambiente acolhedor e espaços reservados à manutenção da privacidade do usuário; além do estabelecimento de vínculos entre o usuário e o Serviço, bem como a realização de ações de cunho político organizativa, a fim de realizar diagnóstico das situações de violações de direitos, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo; preparação para o desligamento.</p> <p>A acolhida individual acontecerá na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários.</p> <p>A acolhida individual será realizada com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e/ou rede de apoio. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>diária</p>
<p>Meta:</p>	<p>Acolhida individual de 08 usuários por dia</p>
<p>Avaliação:</p>	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico e Registros fotográficos das atividades.</p>
<p>Atividades:</p>	<p>Outras atividades (especificar).</p>
<p>Outra atividades:</p>	<p>Preenchimento e atualização do Banco de dados de usuários e suas famílias</p>

Descrição:	Instrumental institucional, arquivo de informações das famílias, que conterà registros relevantes para o acompanhamento familiar e base para o Perfil dos Usuários e Famílias. Ação de extrema importância, pois favorece diagnóstico da situação, identificação de fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo e o trabalho interdisciplinar (assistente sociais, psicólogos (as) e educadores (as) sociais ou coordenação técnica).
Periodicidade:	diária
Meta:	Preenchimento de 100% das ações realizadas com os usuários
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Prontuário Físico.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Participação em formação, eventos e reuniões
Descrição:	As formações e eventos serão oferecidos tanto pelo Gestor Público bem como pela OSC. As formações levarão em considerações temas pertinentes a melhor execução dos Serviços, levando-se em consideração a complexidade das situações apresentadas. Os eventos terão objetivo formativo, de mobilização, além de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Participação Coordenação técnica, assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.
Periodicidade:	sem periodicidade definida
Meta:	Participação em 100% de formações e eventos oferecidos pela OSC e pelo Gestor Público
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Atas, listas de presença e registros fotográficos.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Preenchimento e organização do prontuário físico
Descrição:	Preservação da memória do trabalho realizado com as famílias, embasamento das ações, quantificação e qualificação do trabalho desenvolvido. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.
Periodicidade:	diária
Meta:	Preenchimento de 100% das ações realizadas com os usuários
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Prontuário Físico.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Participação em reunião entre supervisores institucionais com o Gestor Público
Descrição:	Participação do supervisor institucional em reuniões com a Gestão Pública do Serviço.
Periodicidade:	trimestral
Meta:	Participação em 100% das reuniões trimestrais com os supervisores técnicos
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Atas, listas de presença e registros fotográficos.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Elaboração do portfólio

Descrição:	Instrumental institucional que condensa as principais ações desenvolvidas no ano de referência; sendo também, um instrumental de Avaliação do Serviço. A construção será realizada entre a equipe e os usuários de forma lúdica. A elaboração será realizada pela Coordenação técnica, assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.
Periodicidade:	sem periodicidade definida
Meta:	Produção de 01 Portfólio por ano.
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Portfólio; Registros fotográficos das atividades. As atividades manuais desenvolvidas nos grupos também compõem na construção do portfólio.

Atividades:	Visita domiciliar
--------------------	-------------------

<p>Descrição:</p>	<p>É uma estratégia concreta para a busca e construção conjunta de meios para romper com o quadro de violação. Pautando-se no respeito à privacidade da família, permite visualizar a família e sua dinâmica em seu espaço de convivência e socialização. Cada equipe possuirá dois períodos da semana para realização das visitas domiciliares, sendo um período de 04 horas na manhã e outro período de 04 horas no período da tarde, totalizando 08 horas semanais por equipe. Assim como os atendimentos, algumas visitas domiciliares serão realizadas em períodos alternativos (antes das 8h e após as 17h), devido à realidade das famílias, principalmente às que trabalham ou em situações emergenciais. Podem ser realizadas mediante agendamento ou não, dependendo do objetivo da ação e/ou da dinâmica familiar.</p> <p>A visita domiciliar e/ou entrevista domiciliar ocorrerá por meio da Acolhida e escuta; Atendimentos individuais, familiares e coletivos; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias;</p> <p>Desenvolvimento de ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizadas, proporcionando-lhes um processo coletivo de fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida; Apoio à família na sua função protetiva;</p> <p>Mobilização e identificação da família extensa ou ampliada; Mobilização para o exercício da cidadania; Trabalho interdisciplinar; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; Realização de trabalho socioeducativo com as famílias com o objetivo de fortalecer o grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção, de auto-organização e de conquista de autonomia; Realização de ações de cunho político organizativa, a fim de realizar diagnóstico das situações de violações de direitos, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo; Articulação e encaminhamentos para o SCFV quando necessário e preparação para o desligamento.</p> <p>Considerando as limitações de acessibilidade das ruas, moradia e transporte público, a visita domiciliar possibilita o atendimento ao usuário com mobilidade reduzida e/ou deficiência. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>diária</p>
<p>Meta:</p>	<p>06 Visitas domiciliares por dia</p>

Avaliação:	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Registros fotográficos das atividades e Banco de dados - Instrumental institucional que contém informações das famílias e registros relevantes para o acompanhamento familiar.</p>
-------------------	--

Atividades:	Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural
--------------------	--

<p>Descrição:</p>	<p>Estas atividades socioeducativas serão executadas dentro de diversas ferramentas que utilizaremos, tais como a Acolhida e escuta, os atendimentos individuais, familiares e coletivos, as Entrevistas e/ou visitas domiciliares, o Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias, a Construção e acompanhamento de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento, o Desenvolvimento de ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizadas, proporcionando-lhes um processo coletivo de fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida, a Articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas, o Apoio à família na sua função protetiva, a Mobilização para o exercício da cidadania, o Trabalho interdisciplinar, a Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio, a Realização de trabalho socioeducativo com as famílias com o objetivo de fortalecer o grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção, de auto-organização e de conquista de autonomia, a Articulação e comunicação permanente com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e com as políticas sociais locais, além da Articulação e encaminhamentos para o SCFV quando necessário, preparação para o desligamento.</p> <p>Acontecerão na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários, e serão realizadas com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e rede de apoio. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais. O intuito das atividades será proporcionar aos usuários vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ter acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades, inserção e permanência na rede de ensino, receber ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania, conhecer seus direitos e como acessá-los, ter oportunidades de escolha e tomada de decisão, ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir, além de ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressando opiniões e reivindicações.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>diária</p>

Meta:	16 atividades diárias socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Reunião Semanal de Equipe e Registros fotográficos das atividades.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Reunião de equipe
Descrição:	A reunião favorecerá o processo de comunicação; compartilhamento das informações; discussão de casos e tomada de decisões; qualificação do trabalho desenvolvido e avaliação das atividades realizadas. Nestas reuniões participarão a coordenação técnica, assistentes sociais, psicólogos (as) e educadores (as) sociais.
Periodicidade:	semanal
Meta:	Efetivação de 100% das reuniões
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Atas, listas de presença e registros fotográficos.

Atividades:	Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social
--------------------	---

<p>Descrição:</p>	<p>Estas atividades socioeducativas serão executadas dentro de diversas ferramentas que utilizaremos, tais como a Acolhida e escuta, os atendimentos individuais, familiares e coletivos, as Entrevistas e/ou visitas domiciliares, o Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias, o Desenvolvimento de ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizados, proporcionando-lhes um processo coletivo de fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida, a Articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas, a Mobilização para o exercício da cidadania, o Trabalho interdisciplinar, a Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio, a Realização de trabalho socioeducativo com as famílias com o objetivo de fortalecer o grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção, de auto-organização e de conquista de autonomia, a Articulação e comunicação permanente com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e com as políticas sociais locais, além da Realização de ações de cunho político organizativa, a fim de realizar diagnóstico das situações de violações de direitos, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo, preparação para o desligamento.</p> <p>Acontecerão na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários, e são realizadas com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p> <p>Temos como intuito que estas atividades possam proporcionar aos usuários vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, receber ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania, conhecer seus direitos e como acessá-los, ter oportunidades de escolha e tomada de decisão, ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir, e também ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressando opiniões e reivindicações.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>diária</p>
<p>Meta:</p>	<p>16 atividades diárias socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social</p>

Avaliação:	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Reunião Semanal de Equipe e Registros fotográficos das atividades.</p>
-------------------	--

Atividades:	Acolhida em grupo
Descrição:	<p>A acolhida em grupo ocorrerá por meio das estratégias metodológicas, por meio de Acolhida e escuta; Atendimento Familiar; Atendimento Coletivo; Entrevistas e ou visitas domiciliares; Construção e Acompanhamento de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento; Desenvolvimento de ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizadas, proporcionando-lhes um processo coletivo de fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida; Apoio à família na sua função protetiva; Mobilização para o exercício da cidadania; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.</p> <p>Esta atividade possibilita um Espaço de diálogo com o usuário; Ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades; Ter acesso ao ambiente acolhedor e espaços reservados à manutenção da privacidade do usuário; Vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir; Estabelecimento de vínculos entre o usuário e o Serviço.</p> <p>A acolhida em grupo acontece na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários.</p> <p>A acolhida em grupo será realizada com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e/ou rede de apoio. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as)sociais.</p>

Periodicidade:	diária
Meta:	Acolhida em grupo de 08 usuários por dia (podendo ser atendimento ao grupo familiar ou atendimento coletivo)
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico e Registros fotográficos das atividades.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Participação no Monitoramento da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle/CSAC
Descrição:	Participar do monitoramento do Serviço, realizado pela CSAC que acontece de 2 formas: 1 se dá por meio de visita técnica na OSC (visita in loco) e 1 por instrumental "CIPS". Será realizada pela Coordenação técnica e/ou equipe.
Periodicidade:	mensal
Meta:	Participar de 100% das atividades de monitoramento.
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Instrumental de monitoramento da CSAC.

Atividades:	Estudo social
--------------------	---------------

Descrição:	Instrumento com a finalidade de conhecer e interpretar a realidade social na qual os usuários estão inseridos. Estudo social e diagnóstico socioeconômico; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; - Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo; preparação para o desligamento - Construção e acompanhamento de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento; - Mobilização e identificação da família extensa ou ampliada. Será realizado pelo profissional de Serviço Social.
Periodicidade:	diária
Meta:	100% de identificação das demandas dos usuários em acompanhamento
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico e Registros fotográficos das atividades.

Atividades:	Orientações individuais
--------------------	-------------------------

<p>Descrição:</p>	<p>Esta atividade tem como ferramentas a acolhida e escuta, estudo social e diagnóstico socioeconômico, atendimentos individuais, familiares e coletivos, entrevista e/ ou visitas domiciliares, construção e acompanhamento de plano individual e /ou familiar de atendimento, possibilita ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizadas, apoio à família na sua função protetiva, preparação para o desligamento, articulação e encaminhamento para o SCFV quando necessário, mobilização e identificação da família extensa ou ampliada, mobilização para o exercício da cidadania e o fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio. Elaboração de relatórios e prontuários. Por meio das orientações a equipe faz também a mediação para efetivar a articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas. As orientações da equipe buscam acolher as demandas, interesses, necessidades e possibilidades, ter acesso a um ambiente acolhedor e espaços reservados à manutenção da privacidade do usuário, reparar ou minimizar os danos por vivências de violência e abusos, ter sua identidade, integridade e história de vida preservada, apoio a família em sua função protetiva, ter acesso a serviços e informações sobre benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidade também será trabalhado a inserção e permanência na rede de ensino. Receberá ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania. A equipe por meio desta atividade favorecerá aos usuários conhecimento dos seus direitos e como acessá-los, terão oportunidades de escolha e tomada de decisão. As orientações individuais serão realizadas com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e/ou rede de apoio. Irão acontecer na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>diária</p>
<p>Meta:</p>	<p>08 orientações individuais por dia</p>

Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias e Prontuário Físico.
-------------------	---

Atividades:	Orientações grupais
--------------------	---------------------

<p>Descrição:</p>	<p>As orientações grupais ocorrerão por meio das estratégias metodológicas de Acolhida e escuta; Atendimento Familiar; Atendimento Coletivo; Entrevistas e ou visitas domiciliares; Elaboração de relatórios e prontuários;</p> <p>Construção e Acompanhamento de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento; Desenvolvimento de ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizadas, proporcionando-lhes um processo coletivo de fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida; Apoio à família na sua função protetiva; Mobilização para o exercício da cidadania; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio, preparação para o desligamento.</p> <p>Esta atividade possibilitará um Espaço de diálogo com o usuário; para serem acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades; Ter acesso a um ambiente acolhedor e espaços reservados à manutenção da privacidade do usuário; Vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir; Estabelecimento de vínculos entre o usuário e o Serviço.</p> <p>As orientações grupais irão acontecer na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários.</p> <p>As orientações grupais serão realizadas com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e/ou rede de apoio.</p> <p>Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>diária</p>
<p>Meta:</p>	<p>08 orientações grupais por dia</p>
<p>Avaliação:</p>	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico e Registros fotográficos das atividades.</p>

Atividades:	Atividades grupais de convívio
Descrição:	Esta atividade surgirá a partir da realidade, das demandas singulares e sociais apresentadas pelo público atendido, e a construção e acompanhamento do Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento. Ser? desenvolvida por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais. Objetivará contribuir na ressignificação e redução das situações de vulnerabilidade e violência vivida, construindo junto aos usuários, estratégias de enfrentamento destas; potencializará o fortalecimento da convivência, dos vínculos familiares, comunitários e sociais; a afirmação e promoção dos exercícios de cidadania, afirmação de direitos, autonomia; o planejamento e organização da vida cotidiana e das funções protetivas das famílias atendidas; contribuir nos processos de construção e afirmação de identidades com respeito à diversidade social. As atividades grupais ocorrerão na Unidade e itinerante, em espaços da comunidade, locais públicos e privados nos territórios, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários. Participam dos grupos as famílias (vítimas e/ou autores de violência) e a rede de apoio.
Periodicidade:	semanal
Meta:	04 atividades grupais de convívio por semana
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Registros fotográficos das atividades e Reunião Semanal de Equipe - A equipe realizará compartilhamento sobre as atividades realizadas para reflexão e avaliação.

Atividades:	Desenvolvimento de atividades e articulações junto a políticas públicas para ampliação da independência e autonomia de pessoas com deficiência e de suas famílias
--------------------	---

<p>Descrição:</p>	<p>As estratégias utilizadas para mobilização destas atividades se darão por meio do Estudo social e diagnóstico socioeconômico; Atendimento individuais, familiares e coletivos; Entrevistas e/ou visitas domiciliares; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo; Construção e acompanhamento de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento; Desenvolvimento de ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizadas, proporcionando-lhes um processo coletivo de fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida; Articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas; Apoio à família na sua função protetiva; Mobilização para o exercício da cidadania; Trabalho interdisciplinar; Realização de trabalho socioeducativo com as famílias com o objetivo de fortalecer o grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção, de auto-organização e de conquista de autonomia; Realização de ações de cunho político organizativa, a fim de realizar diagnóstico das situações de violações de direitos, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo, preparação para o desligamento. Acontecerão na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários, e serão realizadas com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e rede de apoio. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>semestral</p>
<p>Meta:</p>	<p>100% das demandas que forem apresentadas</p>
<p>Avaliação:</p>	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Reunião Semanal de Equipe; Registros fotográficos das atividades e Banco de dados - Instrumental institucional que contém informações das famílias e registros relevantes para o acompanhamento familiar.</p>

Atividades:	Atividades de inclusão à vida comunitária e a participação social de pessoas com deficiência
Descrição:	<p>As atividades se darão por meio da acolhida e escuta; do Estudo social e diagnóstico socioeconômico; Atendimentos individuais, familiares e coletivos; Entrevistas e/ou visitas domiciliares; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo; Construção e acompanhamento de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento; Desenvolvimento de ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizadas, proporcionando-lhes um processo coletivo de fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida; Articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas; Apoio à família na sua função protetiva; Mobilização e identificação da família extensa ou ampliada; Mobilização para o exercício da cidadania; Trabalho interdisciplinar; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; Realização de trabalho socioeducativo com as famílias com o objetivo de fortalecer o grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção, de auto-organização e de conquista de autonomia; Realização de ações de cunho político organizativa, a fim de realizar diagnóstico das situações de violações de direitos, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo e preparação para o desligamento. Acontecerão na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários, e serão realizadas com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e rede de apoio. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as)sociais.</p>
Periodicidade:	diária
Meta:	16 atividades diárias socioeducativas sobre inclusão à vida comunitária e a participação social de pessoas com deficiência

<p>Avaliação:</p>	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico e Registros fotográficos das atividades; Reunião Semanal de Equipe; Banco de dados e Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS) - Instrumental da Gestão Pública do Serviço, é preenchido mensalmente.</p>
--------------------------	--

<p>Atividades:</p>	<p>Notificações de situações de violação de direitos</p>
<p>Descrição:</p>	<p>Registrar casos de suspeita ou confirmação de violência doméstica.</p> <p>Notificação para levantamento de dados para construção de política pública.</p> <p>Gerar informações e indicadores. Apoiar o desenvolvimento de políticas específicas que reduzem os riscos e danos associados aos tipos de violências.</p> <p>A presente atividade contará com as estratégias metodológicas: Articulação com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos e junto à responsabilização dos autores de violência; Elaboração de relatórios e/ou prontuários; Utilizar os sistemas de informações e sobre violação de direitos existentes no município (SIGM e SISNOV) no momento de inclusão/desligamento dos indivíduos e famílias respeitando-se o prazo de até dois meses para notificar o CREAS. Poderá ser realizado por assistentes sociais e psicólogos (as).</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>sem periodicidade definida</p>
<p>Meta:</p>	<p>Notificação de 100% dos casos de suspeita ou confirmação de violência doméstica</p>

Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema de Notificação de Violência/SISNOV; Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Prontuário Físico; Banco de dados.
-------------------	---

Atividades:	Encaminhamentos para a rede socioassistencial
Descrição:	<p>O encaminhamento é feito de acordo com a identificação das necessidades dos usuários que ultrapassem as competências desse Serviço, esses usuários deverão ser encaminhados para os demais serviços socioassistenciais. Estes encaminhamentos serão monitorados, no sentido de verificar seus desdobramentos, e discutidos com outros profissionais da rede que atendam a família ou indivíduo.</p> <p>A presente atividade utilizará as seguintes metodologias: Estudo social e diagnóstico socioeconômico; atendimentos individuais, familiares e coletivos; Entrevistas e/ou visitas domiciliares; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo e preparação para o desligamento; Construção e acompanhamento de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento; Articulação com os serviços da rede socioassistencial; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; Trabalho interdisciplinar; Mobilização para o exercício da cidadania; Apoio à família na sua função protetiva. Acontecerão na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários, e serão realizadas com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e rede de apoio.</p> <p>Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p>
Periodicidade:	diária
Meta:	Encaminhamento de 100% dos casos cujas necessidades forem identificadas

Avaliação:	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Reunião Semanal de Equipe; Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS) e Banco de Dados.</p>
-------------------	--

Atividades:	Encaminhamentos para serviços de políticas públicas
Descrição:	<p>O encaminhamento será feito de acordo com a identificação das necessidades dos usuários que ultrapassem as competências desse Serviço, esses usuários serão encaminhados para os demais serviços de políticas públicas. Estes encaminhamentos deverão ser monitorados, no sentido de verificar seus desdobramentos, e discutidos com outros profissionais da rede que atendam a família ou indivíduo.</p> <p>A presente atividade utilizará as seguintes metodologias: Estudo social e diagnóstico socioeconômico; atendimentos individuais, familiares e coletivos; Entrevistas e/ou visitas domiciliares; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo e preparação para o desligamento; Construção e acompanhamento de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento; Articulação com os serviços das políticas públicas; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; Trabalho interdisciplinar; Mobilização para o exercício da cidadania; Apoio à família na sua função protetiva. Poderá ser realizado por assistentes sociais e psicólogos (as).</p>
Periodicidade:	diária
Meta:	Encaminhamento de 100% dos casos cujas necessidades forem identificadas

Avaliação:	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Reunião Semanal de Equipe; Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS) e Banco de dados.</p>
-------------------	--

Atividades:	Mobilização e articulação da rede socioassistencial
Descrição:	<p>A mobilização e articulação da rede socioassistencial acontecerão na Região Noroeste por meio de espaços privilegiados com a coordenação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Noroeste e da coordenação do Distrito de Assistência Social - DAS Noroeste; e a participação de todos os Serviços da rede socioassistencial. As reuniões visarão o debate das necessidades e potencialidades do território, discussão de casos e reflexões pertinentes à política de Assistência Social.</p> <p>Serão utilizadas como estratégias: Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Discussões de Caso; Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo, preparação para o desligamento; Articulação com os serviços da rede socioassistencial; Articulação com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos e outras políticas públicas quando se fizer necessário a partir das reuniões de discussão de caso com a rede socioassistencial; Trabalho interdisciplinar (assistentes sociais, psicólogos (as), educadores (as) sociais e coordenação técnica).</p>
Periodicidade:	sem periodicidade definida
Meta:	Participação em 100% das reuniões

Avaliação:	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Registros fotográficos das atividades; Lista de Presença; Relatório trimestral - instrumental institucional que conterà as ações realizadas trimestralmente, sendo possível avaliar o desenvolvimento do Plano de Trabalho do Serviço; Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS) e Banco de dados.</p>
-------------------	--

Atividades:	Mobilização e fortalecimento de redes de apoio
Descrição:	<p>Para realizar um trabalho com as famílias e usuários, com objetivo de fortalecer os vínculos familiares, planejar e organizar as atividades diárias, minimizar as situações de violência e vulnerabilidade, a identificação e articulação com a rede de apoio é de grande importância. Com frequência, os usuários acabam por trazer ao serviço, especialmente nas atividades coletivas e grupais. Neste sentido, o conhecimento desta rede, sua mobilização e fortalecimento ocorrerão principalmente nos grupos, mas, também, quando necessário, em visitas domiciliares, atendimentos e contatos telefônicos. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as), coordenação técnica ou educadores (as) sociais.</p>
Periodicidade:	sem periodicidade definida
Meta:	100% de mobilização durante o atendimento (grupal/individual)

<p>Avaliação:</p>	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico e Registros fotográficos das atividades; Avaliação Anual com as Famílias; Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS) e Banco de dados.</p>
--------------------------	--

<p>Atividades:</p>	<p>Inserção e participação na articulação de redes intersetoriais</p>
<p>Descrição:</p>	<p>Na Região Noroeste acontecem reuniões intersetoriais com diferentes equipamentos dos territórios. Iremos compor, primordialmente, a Reunião Intersetorial da Vila Bela para articular e promover em conjunto ações intersetoriais com os usuários e famílias atendidas, bem como planejar e executar intervenções comunitárias como, por exemplo, a ação do "18 de maio" - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.</p> <p>A participação nas reuniões intersetoriais nos demais microterritórios da Região Noroeste irão ocorrer para discussão de casos e articulação de ações em conjunto com usuários e suas famílias.</p> <p>Utilizaremos como estratégias: Estudo social e diagnóstico socioeconômico; Entrevistas e/ou visitas domiciliares; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Articulação com os serviços das redes intersetoriais. Poderá ser realizado pela coordenação técnica.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>mensal</p>
<p>Meta:</p>	<p>Inserção e participação em 01 reunião de rede intersetorial</p>
<p>Avaliação:</p>	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Lista de Presença; Banco de dados.</p>

Atividades:	Participação em mobilizações sociais para a cidadania
Descrição:	<p>Considerando a natureza do Serviço, bem como o histórico de participação da OSC em mobilizações sociais, o Serviço será organizado para participação e fomento da atuação dos usuários em espaços de Controle Social: CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social, CMI - Conselho Municipal do Idoso e CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.</p> <p>A participação nos Conselhos viabiliza o envolvimento político dos movimentos sociais, das organizações, dos trabalhadores e, principalmente, dos usuários da Assistência Social.</p> <p>Além dos Conselhos, será fomentada a participação dos usuários e profissionais no Fórum dos usuários da Assistência Social da Região Noroeste e na mobilização para o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - 18 de maio (Rodas de Conversas com alunos e professores nas Escolas do território, Reuniões Intersetoriais e Formação com as equipes).</p> <p>Serão utilizadas como estratégias metodológicas: Acolhida e escuta; Atendimentos individuais, familiares e coletivos; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo; Articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas; Mobilização para o exercício da cidadania; Trabalho interdisciplinar; Articulação e comunicação permanente com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e com as políticas sociais locais; Realização de ações de cunho político organizativa, a fim de realizar diagnóstico das situações de violações de direitos, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo; Problematização com os atendidos, criticamente sobre a realidade social, no que tange a origem, dinâmica e contradições; Promoção de vivências que possibilitem aos atendidos maior consciência de si e de seu contexto social.</p> <p>Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais ou coordenação técnica.</p>
Periodicidade:	mensal
Meta:	Participação em 02 mobilizações sociais para a cidadania por mês

Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Avaliação Anual com as Famílias; Relatório CMAS e CMDCA; Relatório trimestral; Portfólio e Banco de dados.
-------------------	--

Atividades:	Conhecimento e inserção no território
--------------------	---------------------------------------

<p>Descrição:</p>	<p>Conhecimento e inserção no território são premissas fundamentais para qualquer ação em políticas públicas. Anterior à organização do Sistema Único de Assistência Social e da consequente diretriz de territorialização, o PROGEN construiu 35 anos de história e pertencimento com a população da região Noroeste de Campinas, em especial nos microterritórios Vila Castelo Branco, Jardim Garcia, Satélite Iris e Jardim Bassoli.</p> <p>Entende-se que atuar a partir do conhecimento da população que reside no território, permitirá estabelecer as estratégias adequadas ao enfrentamento das situações de violência doméstica e desigualdades sociais. Favorecerá ações articuladas entre os moradores, Serviços da Rede Socioassistencial e demais políticas públicas.</p> <p>Serão utilizadas como estratégias para aperfeiçoar conhecimento e inserção no território: Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo; Articulação com os serviços da Rede Socioassistencial e das demais políticas públicas; Articulação com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos e junto à responsabilização dos autores de violência; Articulação e comunicação permanente com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e com as políticas sociais locais; Realização de ações de cunho político organizativa, a fim de realizar diagnóstico das situações de violações de direitos, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>diária</p>
<p>Meta:</p>	<p>As ações de conhecimento e inserção no território são diárias no contato cotidiano com os usuários e rede de serviços dos territórios. Com objetivo de sistematizar o processo de conhecimento e inserção no território, iremos produzir: bianualmente, 01 Diagnóstico do Território com informações relevantes sobre a Região Noroeste de Campinas; bianualmente, 01 Perfil dos usuários e famílias atendidas pelo Serviço.</p>
<p>Avaliação:</p>	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Planilha de Acompanhamento Diário; Perfil das Famílias Atendidas; Diagnóstico do Território; Relatório trimestral; Banco de dados.</p>

Atividades:	Conhecimento e mapeamento de redes socioassistencial
Descrição:	<p>Visando possibilitar o conhecimento e mapeamento de redes socioassistencial, necessária à efetivação do trabalho social com famílias, iremos promover mapeamento para compreender o funcionamento dos Serviços: os objetivos; público atendido; atividades desenvolvidas; horário de funcionamento; e, equipes profissionais; dentre outras informações que permitam estabelecer e fortalecer o desenvolvimento de ações articuladas.</p> <p>Utilizaremos como estratégias para aperfeiçoar conhecimento e mapeamento de redes socioassistencial: Estudo social e diagnóstico socioeconômico; Entrevistas e/ou visitas domiciliares; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos(as) e educadores (as) sociais.</p>
Periodicidade:	diária
Meta:	As ações de conhecimento e mapeamento de redes socioassistencial são diárias no contato com os Serviços dos territórios. Com objetivo de sistematizar o processo, iremos produzir anualmente 01 Diagnóstico do Território com informações relevantes sobre redes socioassistencial.
Avaliação:	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório; Banco de dados.</p>

Atividades:	Conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais
--------------------	---

Descrição:	<p>Visando possibilitar o conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais, necessária à efetivação do trabalho social com famílias, iremos promover mapeamento para compreender o funcionamento dos Serviços: os objetivos; público atendido; atividades desenvolvidas; horário de funcionamento; e, equipes profissionais; dentre outras informações que permitam estabelecer e fortalecer o desenvolvimento de ações articuladas.</p> <p>Utilizaremos como estratégias para aperfeiçoar conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais: Estudo social e diagnóstico socioeconômico; Entrevistas e/ou visitas domiciliares; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Articulação com os serviços das redes intersetoriais. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as), educadores (as) sociais ou coordenação técnica.</p>
Periodicidade:	diária
Meta:	<p>As ações de conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais são diárias no contato com os Serviços dos territórios. Com objetivo de sistematizar o processo, iremos produzir anualmente 01 Diagnóstico do Território com informações relevantes sobre redes intersetoriais.</p>
Avaliação:	<p>Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Banco de dados.</p>
Atividades:	<p>Atividades de identificação de pessoas em situação de privação, desproteção e violação de direitos</p>

<p>Descrição:</p>	<p>As atividades serão ofertadas por meio da acolhida e escuta; do Estudo social e diagnóstico socioeconômico; atendimentos individuais, familiares e coletivos; Entrevistas e/ou visitas domiciliares; Reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias; Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo e preparação para o desligamento; Construção e acompanhamento de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento; Desenvolvimento de ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizadas, proporcionando-lhes um processo coletivo de fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida;</p> <p>Articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas; Apoio à família na sua função protetiva; Mobilização e identificação da família extensa ou ampliada; Mobilização para o exercício da cidadania; Trabalho interdisciplinar; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; Realização de trabalho socioeducativo com as famílias com o objetivo de fortalecer o grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção, de auto-organização e de conquista de autonomia; Realização de ações de cunho político organizativa, a fim de realizar diagnóstico das situações de violações de direitos, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo; Utilizar os sistemas de informações e sobre violação de direitos existentes no município (SIGM e SISNOV) no momento de inclusão/desligamento dos indivíduos e famílias respeitando-se o prazo de até dois meses para notificar o CREAS.</p> <p>Acontecerão na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários, e serão realizadas com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e rede de apoio. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.</p>
<p>Periodicidade:</p>	<p>diária</p>
<p>Meta:</p>	<p>08 atividades por dia</p>
<p>Avaliação:</p>	<p>A Avaliação do trabalho ocorrerá de forma constante, descrito no Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico; Reunião Semanal de Equipe.</p>

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Avaliação do Serviço Pelo Usuário
Descrição:	<p>A aferição da qualidade do Serviço será realizada por meio de instrumentais e estratégias, sendo primordial a participação do usuário. A avaliação será de forma diária nas atividades realizadas, e sistematizada anualmente, de forma a refletirem sobre as potencialidades, bem como os desafios a serem enfrentados pelo Serviço ofertado.</p> <p>A presente atividade oportunizará aos Usuários escolha e tomada de decisão; bem como, ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações. Acontecerão na Unidade e itinerante, isto é, em locais públicos e privados do território, fortalecendo a articulação entre os Serviços e o acesso aos usuários, e serão realizadas com as famílias em situação de violência doméstica, vítima e/ou autor, família extensa e rede de apoio. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as), educadores (as) sociais ou coordenação técnica.</p>
Periodicidade:	sem periodicidade definida
Meta:	Avaliação realizada com 120 usuários.
Avaliação:	<p>A Avaliação com usuários ocorrerá de forma constante, descrito nos Registros dos Prontuários, além da Avaliação Anual das Famílias.</p> <p>Avaliação Anual com as Famílias; Relatório; Portfólio; Prontuário Físico; Banco de dados e Registros fotográficos das atividades.</p>

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Preenchimento do Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM
Descrição:	<p>Realização de vinculação dos usuários e preenchimento do registro das atividades desenvolvidas.</p> <p>Para o registro dos dados realizados com as famílias, utilizaremos os sistemas de informações (SIGM) no momento de inclusão/desligamento dos indivíduos e famílias respeitando-se o prazo de até dois meses para notificar o CREAS, além de todas as atividades realizadas no processo de acompanhamento familiar. Poderá ser realizado por assistentes sociais e psicólogos (as).</p>
Periodicidade:	diária
Meta:	Vinculação de 100% dos usuários em acompanhamento e 100% de registro das ações realizadas, obedecendo o período de referência.

Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Planilha Ações com as Famílias; Prontuário Físico e Registros fotográficos das atividades.
-------------------	--

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Preenchimento da Planilha de Acompanhamento Diário
Descrição:	Instrumental institucional, na qual diariamente, a equipe relatará as ações que são realizadas com cada família. Ação de extrema importância, pois garante que, com o registro das intervenções, orientações e informações sobre a história de vida das pessoas, preservemos a memória do trabalho realizado, além do histórico de quais são as políticas que compõem a rede de serviços e quem faz parte da rede de apoio dessa família. Manter os registros atualizados garante, também, a continuidade do trabalho junto à família. Esta Planilha será impressa no mês subsequente ao seu registro, e inserida no Prontuário Físico de cada família. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.
Periodicidade:	diária
Meta:	Preenchimento de 100% das ações realizadas com os usuários
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Planilha de Acompanhamento Diário; Banco de dados; Prontuário Físico.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Preenchimento da Planilha Ações com as Famílias

Descrição:	Instrumental institucional, no qual a equipe tem um olhar ampliado sobre todas as ações realizadas com cada família atendida. Esta estratégia contribuirá para o planejamento da equipe, bem como a construção, manutenção e acompanhamento do Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento e o trabalho interdisciplinar (assistente social, psicólogo (a) e educador (a) social). Todas as ações registradas nesta planilha ficarão registradas nos prontuários físicos. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) ou educadores (as) sociais.
Periodicidade:	diária
Meta:	Preenchimento de 100% das ações realizadas com os usuários
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Planilha de Acompanhamento Diário; Prontuário Físico; Banco de dados.
Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Elaboração de relatórios CMAS e CMDCA
Descrição:	Prestação de contas do Serviço e renovação de certificação. Os relatórios têm como diretrizes as resoluções de seus respectivos conselhos; ambos com o objetivo de renovar as inscrições do PROGEN nestes conselhos.
Periodicidade:	sem periodicidade definida
Meta:	Renovar 02 certificações do PROGEN, sendo 01 no CMAS e 01 no CMDCA
Avaliação:	Renovação de registros concluída.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Elaboração do relatório trimestral
Descrição:	Instrumental institucional que conterà as ações realizadas trimestralmente, sendo possível avaliar o desenvolvimento do Plano de Trabalho do Serviço. A elaboração será realizada pela Coordenação técnica, Assistentes Sociais, Educadores (as) Sociais e Psicólogos (as).
Periodicidade:	trimestral
Meta:	Elaboração de 01 Relatório por trimestre.

Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Registros fotográficos das atividades.
Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Assessoria Jurídica
Descrição:	<p>Realizada por um profissional do Direito. Ocorrerá junto à equipe com intuito formativo, para revisar instrumentais utilizados, orientação e encaminhamentos, auxiliar em termos de relatórios e procedimentos ao Poder Judiciário. Também, em horários agendados previamente, poderão ser realizadas orientações jurídicas às famílias. Utilizaremos também enquanto ferramentas para Diagnóstico das situações, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo, além da Mobilização para o exercício da cidadania. Para que desta maneira os usuários poderão conhecer seus direitos e como acessá-los, além de terem oportunidades de escolha e tomada de decisão.</p> <p>1 Encontro mensal de 2h mais assessoria diária, à distância, segunda a sexta-feira, disponível das 8 às 17h, conforme demanda.</p>
Periodicidade:	semanal
Meta:	Assessoria Jurídica às 4 equipes e as famílias conforme demanda identificada.

Avaliação:	<p>A aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais:</p> <p>Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS) - Instrumental da Gestão Pública do Serviço, é preenchido mensalmente.</p> <p>Planilha de Acompanhamento Diário - Instrumental institucional, na qual diariamente, a equipe relatará as ações que são realizadas com cada família.</p> <p>Prontuário Físico - Registro onde estão condensados documentos e histórico familiar.</p> <p>Monitoramento da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle/CSAC - Monitoramento do Serviço.</p>
-------------------	---

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Supervisão Técnica

Descrição:	<p>Realizada junto à equipe, semanalmente, por um profissional especializado/com experiência na área. É um espaço que tem a finalidade de identificar, debater e solucionar questões relacionadas ao trabalho, de natureza técnica-operativa ou de relacionamento interprofissional. Momentos de avaliar e reavaliar as ações desenvolvidas pelo Serviço, planejar e organizar atividades de atendimento. Sendo um espaço de escuta e acolhida das angustias vivenciadas, referentes a complexidade do trabalho desenvolvido, possibilitando a reflexão e a qualificação do trabalho.</p> <p>Utilizamos também enquanto ferramentas para o Diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua superação a curto, médio e longo prazo, para desenvolver ações sociais e psicossociais especializadas de atendimento aos indivíduos e famílias vitimizados, além e apoiar a família na sua função protetiva. Esperamos que, desta maneira, nos qualificando constantemente, os usuários poderão ser acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades.</p>
Periodicidade:	semanal
Meta:	Realização de 04 horas de supervisão por semana; contemplando 01 hora semanal para cada equipe de referência (Assistente Social, Psicólogo (a) e Educador (a) Social).
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Prontuário Físico; Monitoramento da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle/CSAC - Monitoramento do Serviço.
Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Elaboração de relatórios externos

Descrição:	Elaboração de Relatórios de acordo com solicitações e ou prestação de informações referentes aos atendimentos individuais, familiares e coletivos, entrevistas e/ou visitas domiciliares, para providências cabíveis aos serviços, bem como favorecer a articulação e comunicação permanente com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e com as políticas sociais locais, com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas. Esta atividade fornecerá informações para a construção e o acompanhamento do Plano Individual e/ou familiar. Poderá ser realizado por assistentes sociais, psicólogos (as) e coordenação técnica.
Periodicidade:	sem periodicidade definida
Meta:	Em resposta às solicitações, elaboração de 100% dos relatórios.
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Sistema Integrado de Governança Municipal/SIGM; Planilha de Acompanhamento Diário; Prontuário Físico; Monitoramento da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle/CSAC - Monitoramento do Serviço.
Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Reunião mensal com gestor público/ DOAS e CREAS
Descrição:	A coordenação técnica do Serviço, e toda a equipe, se necessário, participarão das com as reuniões com a Gestão Pública do Serviço, sendo: 1 reunião mensal com as coordenações técnicas dos Serviços de Média Complexidade do Município, 1 reunião com as coordenadoras de Média Complexidade da Região Noroeste e 1 reunião Individual com a coordenação técnica de cada Organização da Sociedade Civil - OSC parceira, com a coordenação de CREAS do território, além de outras reuniões com o gestor, que se faça necessário. A participação é de suma importância, pois tratarão das diretrizes dos Serviços e afinamento das estratégias a serem executadas. Será realizada pela Coordenação técnica.
Periodicidade:	mensal

Meta:	Participar de 1 reunião mensal de Coordenação dos Serviços de Média Complexidade; 2 reuniões com a Gestão Pública do território, sendo 1 coletiva e outra individual.
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Instrumental de monitoramento da CSAC; Lista de presença.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Reunião entre coordenação geral e coordenações técnicas
Descrição:	As reuniões entre a coordenação técnica do Serviço com a coordenação geral do OSC acontecerão de 2 formas, sendo 01 com coordenadores de todas as Unidades do PROGEN e 01 individual com cada coordenação técnica. As reuniões terão objetivo de realizar gestão, planejamento, alinhamento de diretrizes dos Serviços em consonância com a missão do PROGEN, Política Nacional de Assistência Social e legislações vigentes; além da socialização de informes. Serão realizadas pela Coordenação geral e Coordenação técnica.
Periodicidade:	semanal
Meta:	Efetivação de 100% das reuniões
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Atas, listas de presença e registros fotográficos.

Atividades:	Outras atividades (especificar).
Outra atividades:	Reunião entre coordenação técnica e equipe de referência

Descrição:	A reunião possibilitará maior proximidade entre a coordenação técnica e a equipe de referência para o aprofundamento das demandas dos casos, planejamento e organização dos processos de trabalho; socialização e esclarecimento acerca da metodologia de trabalho com famílias e assessorar as equipes de profissionais no atendimento às famílias com diferentes situações de violação de direitos; além de monitorar o acesso, a permanência e desligamento das famílias no Serviço. Serão realizadas pela Coordenação técnica com assistentes sociais, psicólogos (as) e educadores (as) sociais.
Periodicidade:	semanal
Meta:	Reunião com as 4 equipes
Avaliação:	Para aferição do cumprimento da meta será realizada por meio de instrumentais e estratégias da gestão pública e institucional. Para tanto, serão utilizados os seguintes instrumentais: Coleta de Informações de Programas Sociais (CIPS); Planilha de Acompanhamento Diário; Relatório trimestral; Atas, listas de presença e registros fotográficos; Prontuário Físico.

7. Articulação em rede

Identificação do parceiro com o qual manterá articulação (serviços, programas, órgãos, instituições)	Descrição do tipo de articulação
Hospital e Maternidade Celso Pierro	Acompanhamento das famílias; discussão de casos.
Hospital Mario Gatti	Acompanhamento das famílias; discussão de casos.
Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher - CAISM UNICAMP	Acompanhamento das famílias; discussão de casos.
Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS	Parceria em articulações, reflexões debates e construção de políticas públicas; participação em grupos de trabalhos e comissões.
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA	Financiador de Projetos (FMDCA 1%). Parceria na articulação, reflexão e construção de políticas públicas por meio da participação em grupos de trabalho e comissões; visando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Conselho Municipal do Idoso - CMI	Parceira nas reflexões, articulação e construção de políticas públicas para a pessoa idosa.
Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPD	Parceira nas reflexões, articulação e construção de políticas públicas para a pessoa com deficiência.
Conselho Municipal da Juventude	Parceira nas reflexões, articulação e construção de políticas públicas para a Juventude.
Administração Regional AR 05 e AR 13	Parceria em eventos, manutenção dos espaços públicos e utilização de praças.
Santuário Nossa Senhora de Guadalupe	Parceria para concessão de cesta básica em situações emergenciais
Prefeitura Municipal de Campinas (Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos e Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle - CSAC).	Celebração de parceria; avaliação e monitoramento do Serviço.
Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS Noroeste	Gestão Estatal do Serviço; Encaminhamento das famílias para o Serviço; Discussão de casos; processo de desligamento; articulação de rede.
Sistema de Garantia de Direitos (Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público, Delegacia de Defesa de Mulher entre outros)	Discussão de caso; articulação de estratégias para efetivação da garantia de direitos. Destacando-se o Conselho Tutelar.
Casa de Maria de Nazaré - Unidade Casa Betel	Acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.
Centro de Referência Assistência da Social - CRAS Florence	Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.
Rede de Serviços Socioassistencias (OG e OSC)	Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos.
Casa de Maria de Nazaré Unidade Casa Hosana	Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.

<p>Centro de Referência Assistência da Social - CRAS</p> <p>Satélite Iris</p>	<p>Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.</p>
<p>PROGEN Unidade I - Castelo Branco</p>	<p>Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.</p>
<p>PROGEN Unidade II - Unidade Satélite</p>	<p>Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.</p>
<p>PROGEN Unidade IV - Unidade Bassoli</p>	<p>Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.</p>
<p>Distrito de Assistência Social Noroeste - DAS Noroeste</p>	<p>Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.</p>
<p>Casa de Maria de Nazaré - Unidade Casa dos Anjos</p>	<p>Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.</p>
<p>Centro de Referência Assistência da Social - CRAS São Luiz</p>	<p>Referenciamento; contrarreferenciamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos; elaboração de plano individual e familiar de atendimento em conjunto e disponibilidade de espaço para atendimento.</p>
<p>Escolas da Rede Estadual de Educação, localizadas na região Noroeste de Campinas.</p>	<p>Encaminhamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos.</p>
<p>Escolas da Rede Municipal de Educação, localizadas na Noroeste de Campinas.</p>	<p>Encaminhamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos.</p>

Escola Municipal Padre Francisco Silva	Rodas de Conversa referente ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com professores, alunos e pais e disponibilidade de espaço para atendimento.
Escola Estadual Mario Natividade	Rodas de Conversa referente ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com professores, alunos e pais.
Escola Estadual Carlos Lencastre	Rodas de Conversa referente ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com professores, alunos e pais.
Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - FEAC	Parceiro financiador de projetos; realização de capacitação continuada.
Unidades Básicas de Saúde	Encaminhamento; articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos.
Centro de Apoio Psicossocial - CAPS Integração	Articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos.
Centro de Apoio Psicossocial - CAPS AD Antônio Orlando	Articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos.
Centro de Apoio Psicossocial - CAPS I Travessia	Articulações; acompanhamento das famílias; discussão de casos.
Unidade de Pronto Atendimento Dr. Sérgio Arouca. (PA Campo Grande)	Acompanhamento das famílias; discussão de casos.
Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi	Acompanhamento das famílias; discussão de casos.

8. Recursos Humanos (equipe de referência mínima e outros profissionais que atuam no serviço - se houver)

Nome do profissional	Escolaridade/Formação	Cargo ou função no serviço	Carga horária semanal no serviço	Forma de contratação (CLT, RPA, MEI, Voluntário)
À Contratar	Superior completo	ASSISTENTE SOCIAL	30:00	Empregado Contratado (CLT)
À Contratar	Superior completo	ASSISTENTE SOCIAL	30:00	Empregado Contratado (CLT)

À Contratar	Superior completo	PSICÓLOGO SOCIAL , PSICÓLOGO CRIMINAL, PSICÓLOGO FORENSE, PSICÓLOGO JURÍDICO	30:00	Empregado Contratado (CLT)
À Contratar	Superior completo	PSICÓLOGO SOCIAL , PSICÓLOGO CRIMINAL, PSICÓLOGO FORENSE, PSICÓLOGO JURÍDICO	30:00	Empregado Contratado (CLT)
À Contratar	Superior completo	EDUCADOR SOCIAL	40:00	Empregado Contratado (CLT)
À Contratar	Ensino Médio completo	MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO	40:00	Empregado Contratado (CLT)
Izabel Cristina Santos de Almeida	Serviço Social	Coordenador Geral	10:00	Empregado Contratado (CLT)
Daniel Brandão de Souza	Psicologia	Supervisor - Institucional	05:00	MEI
Edilson Guarnieri Junior	Psicologia	PSICÓLOGO SOCIAL , PSICÓLOGO CRIMINAL, PSICÓLOGO FORENSE, PSICÓLOGO JURÍDICO	30:00	Empregado Contratado (CLT)
Paulo César Carpi	Sem Formação	MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO	40:00	Empregado Contratado (CLT)
Maria Aparecida Caetano Pacheco	Serviço Social	ASSISTENTE SOCIAL	30:00	Empregado Contratado (CLT)

Mariana Lemos Maia Pereira	Psicologia	PSICÓLOGO SOCIAL , PSICÓLOGO CRIMINAL, PSICÓLOGO FORENSE, PSICÓLOGO JURÍDICO	30:00	Empregado Contratado (CLT)
Lucilene dos Santos Barros Silva	Serviço Social	ASSISTENTE SOCIAL	30:00	Empregado Contratado (CLT)
Andrea Cristina Penedo	Serviço Social	Coordenador Técnico	40:00	Empregado Contratado (CLT)
Erika Alessandra Bordim	Serviço Social	ASSISTENTE SOCIAL	30:00	Empregado Contratado (CLT)
Carina Coelho Cardoso	Administração	Assistente Financeiro	30:00	Empregado Contratado (CLT)
ANDRIA NATANA PORFIRIO DO NASCIMENTO	Outros	COORDENADORA ADMINISTRATIVA	05:00	Empregado Contratado (CLT)
Danilo Gomes de Melo	Psicologia	PSICÓLOGO SOCIAL , PSICÓLOGO CRIMINAL, PSICÓLOGO FORENSE, PSICÓLOGO JURÍDICO	30:00	Empregado Contratado (CLT)
Janaina Patricia Amaro	Sem Formação	Auxiliar - Serviços Gerais	40:00	Empregado Contratado (CLT)
LUCINIO DE SOUZA MESQUITA FELIX	Direito	Orientador Jurídico	01:00	Empregado Contratado (RPA)
DONALD RICARDO SARTI	Outros	EDUCADOR SOCIAL	40:00	Empregado Contratado (CLT)

9. Previsão de Receitas e despesas

MUNICIPAL

Despesa	Item de Despesa	Quantidade	Valor (R\$)
---------	-----------------	------------	-------------

FOLHA DE PAGAMENTO	ASSISTENTE FINANCEIRO	01	22087.40
FOLHA DE PAGAMENTO	ASSISTENTE SOCIAL	05	202080.95
FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01	14608.30
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	01	6184.20
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR GERAL	01	30191.70
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR TÉCNICO	01	51549.20
FOLHA DE PAGAMENTO	EDUCADOR SOCIAL	02	54894.38
FOLHA DE PAGAMENTO	MOTORISTA	02	36393.38
FOLHA DE PAGAMENTO	PSICÓLOGO	05	201213.03
MATERIAL DE CONSUMO	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	01	12000.00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	01	22204.29
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE COPA E COZINHA	01	6000.00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE EXPEDIENTE	01	6002.66
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	01	6000.00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	01	20000.00
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	01	31217.14
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO CRECHE	01	2727.84
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO TRANSPORTE	01	35178.12
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	CONVÊNIO MÉDICO	01	52047.10
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESA REF. PROVISÃO MULTA RESCISÓRIA FGTS	01	12992.90
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. A PROVISÃO 13º SALÁRIO	01	62005.17

PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. PROVISÃO 1/3 FÉRIAS	01	20668.39
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	FGTS	01	64485.38
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	IMPOSTO DE RENDA	01	36077.07
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	INSS	01	103884.45
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	SEGURO DE VIDA	01	2230.40
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	SUPERVISÃO TÉCNICA	01	43579.20
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	01	19220.79
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1	4649.35
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	01	2400.00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	01	2400.00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	1	34199.21

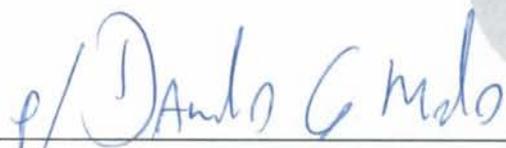
Total: R\$ 1.221.372,00

10. Cronograma de desembolso

Parcela	Mês/Ano Previsto	Valor (R\$)	Fonte de Recurso
1	04/2020	101781.00	MUNICIPAL
2	05/2020	101781.00	MUNICIPAL
3	06/2020	101781.00	MUNICIPAL
4	07/2020	101781.00	MUNICIPAL
5	08/2020	101781.00	MUNICIPAL
6	09/2020	101781.00	MUNICIPAL
7	10/2020	101781.00	MUNICIPAL

8	11/2020	101781.00	MUNICIPAL
9	12/2020	101781.00	MUNICIPAL
10	01/2021	101781.00	MUNICIPAL
11	02/2021	101781.00	MUNICIPAL
12	03/2021	101781.00	MUNICIPAL

CAMPINAS, 23 DE JANEIRO DE 2020.



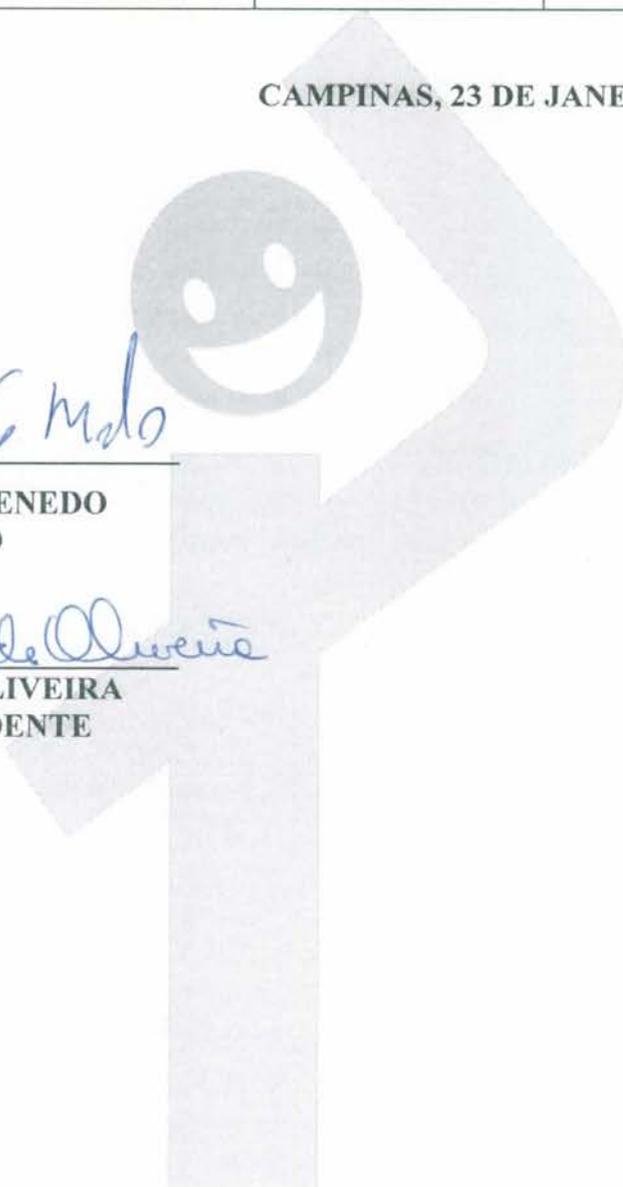
Andréa Cristina Penedo

ANDRÉA CRISTINA PENEDO
COORD. TÉCNICO



Sonia Scheffer de Oliveira

SONIA SCHEFFER OLIVEIRA
DIRETORA-PRESIDENTE



PROGEN

PROJETO GENTE NOVA